



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Saúde – FACS
Curso de Psicologia

Abuso Sexual Infanto-Juvenil: implicações na personalidade da vítima

Fernanda Daltro Santos de Carvalho

Brasília
Novembro/2005.

Fernanda Daltro Santos de Carvalho

Abuso Sexual Infanto-Juvenil: implicações na personalidade da vítima

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Psicologia do
Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB. Professor orientador Dr.
Fernando Luis González Rey.

Brasília/DF, Novembro de 2005.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força, pela esperança e pela coragem durante esta caminhada.

Sou muito grato a meu pai e a minha mãe pela inspiração, garra, determinação, sabedoria, amor e carinho, a minha família e ao meu irmão Felipe pelo eterno carinho, e ao meu namorado e futuro marido Michel, pelo amor, compreensão, paciência e companheirismo dedicados a mim e, principalmente a minha filhotinha linda, que eu amo de paixão, que apesar de ter me atrapalhado com relação ao tempo de entrega deste trabalho, me proporcionou muitas felicidades, durante todo o andamento deste. E ao meu professor-orientador Fernando González Rey, quem me deu muita força para concretizar este trabalho.

A todas estas pessoas, o meu sincero carinho, gratidão e agradecimentos.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho juntamente com o esforço e carinho
nele empenhados à minha filha Nathalia Daltro de Carvalho
Oliveira , aos meus pais e ao meu futuro marido Michel
Mesquita Oliveira. Amo muito todos vocês!*

SUMÁRIO

Resumo.....	IV
Introdução.....	01
Capítulo I – Fundamentação Teórica.....	03
1.1 – A Subjetividade.....	05
1.2 – O Abuso Sexual.....	07
1.3 – Categorias do Abuso.....	10
1.4 – O Abusador.....	14
1.5 – A Vítima.....	16
1.5.1 – Sedução.....	18
1.5.2 – Culpa.....	18
1.5.3 – Segredo.....	19
1.5.4 – Transtornos de Personalidade.....	20
1.6 – Dinâmica Familiar.....	22
1.7 – Sexualidade Humana.....	22
1.7.1 – Disfunções Sexuais.....	25
1.7.2 – Parafilias.....	26
1.8 – Tratamento.....	27
1.9 – Estatísticas Brasileiras.....	28
1.10 – De réis a sujeito de direitos.....	35
Capítulo II– Metodologia da Pesquisa.....	40
2.1 – Fundamentação Metodológica.....	40
2.2 – Trabalho de Campo.....	44
2.3 – Descrição dos instrumentos utilizados.....	44
2.4 – Sujeito Pesquisado.....	48
2.5 – Metodologia adotada para a construção da informação.....	48
Capítulo III – Construção da Informação.....	51
Conclusão.....	56
Referências Bibliográficas.....	59
Apêndice	62
Apêndice I – Consentimento Informado.....	63

RESUMO

O presente trabalho terá como principal objetivo estudar como se organiza subjetivamente o sujeito após a experiência de abuso sexual e quais as possíveis marcas que poderão surgir no decorrer da vida do sujeito. E para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada na epistemologia construtiva-interpretativa, na qual a vítima, que mostrou bastante interesse pela pesquisa, foi o objeto principal. Pois foi somente a partir do momento em que forneceu os dados que a construção da informação pode ser feita e daí partir para a assimilação dos indicadores para que as hipóteses propostas pudessem ser validadas.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tratará do abuso sexual infanto-juvenil, mediante explanação sobre o assunto, traçando as características e categorias do abuso sexual, o perfil do agressor e da vítima, além de mostrar estatísticas brasileiras sobre o problema e estudar como um caso de abuso sexual em crianças e/ou adolescentes pode vir a interferir na dinâmica familiar e, explicar o desenvolvimento do sujeito, deixando de ser réu para se tornar uma pessoa de direitos, baseada na Constituição Brasileira. Este trabalho visa estudar, sobretudo, a organização da subjetividade da vítima de um abuso sexual e as possíveis marcas psicológicas deixadas por tal vivência no decorrer da vida do sujeito, incluindo os possíveis distúrbios psicológicos que podem surgir.

Este estudo terá como parte integrante e fundamental, uma pesquisa qualitativa, ou seja, terá uma pesquisa com uma vítima de abuso sexual, para que sejam identificadas as reais implicações que uma experiência de abuso sexual pode ter na personalidade da vítima.

Tal assunto sempre foi de muito interesse, visto que, pelo fato de o Brasil ser muito extenso, culturas distintas são encontradas. Isso faz com que surjam diferentes visões sobre o assunto objeto deste trabalho – o abuso sexual infanto-juvenil -, em diferentes regiões e, da mesma forma, o vivenciado por um sujeito pode ter um significado completamente diferente para outro sujeito que tenha tido experiência semelhante, ou seja, sentidos subjetivos dados a uma mesma experiência podem ser diferentes, visto que cada sujeito é singular, não sendo nunca igual ao outro, podendo apenas compartilhar de representações simbólicas iguais.

O abuso sexual é um tema freqüente em todo o mundo e vem desde a antiguidade. Na sociedade ocidental o homem sempre foi visto como superior às mulheres e crianças e tal supremacia caracteriza o homem como viril, mais forte e com direitos de ter acesso ao sexo mais facilmente, usando o corpo da mulher como um objeto de prazer sexual. A partir do momento em que o fato do homem poder usar o corpo da mulher, como objeto, está enraizado na cultura, todas as formas de abuso sexual ficam mais acessíveis.

Por definição, o abuso sexual infanto-juvenil é a utilização do corpo de uma criança ou adolescente por parte de um adulto para fins sexuais, não obedecendo, porém, a uma relação bilateral, pois o benefício é apenas do agressor.

O abuso sexual pode ocorrer com qualquer pessoa, não importando classe social, nível de escolaridade, idade, estado civil, nem etnia. E pode ocorrer dentro do seio familiar, caracterizando um abuso sexual intrafamiliar, e, também, fora dela, denominado de abuso sexual extra familiar.

O abuso sexual pode ocorrer de formas diferentes, com ou sem contato físico, com ou sem violência física e também pode estar associado à sedução e à intimidação.

O abuso sexual por poder ser conduzido de diversas formas, desde elogios até o ato sexual em si, foi classificado em quatro categorias: pedofilia, estupro, assédio sexual e exploração sexual.

O agressor geralmente é do sexo masculino e, em geral, são maiores de 18 anos. Ele pode agir de maneiras diferentes mas, com frequência, se justifica com a explicação de que está ensinando à criança e/ou ao adolescente a como ter uma relação sexual.

Atualmente na mídia, é possível ver médicos, padres, professores, pais e mães que são acusados de abuso sexual de menores, fazendo assim uma confrontação com o que a maioria das pessoas acredita, de que o agressor é uma pessoa estranha à vítima.

A criança e/ou adolescente pode então vir a se sentir confusa, pois quem deveria garantir a proteção e a integridade física e moral dela é quem a está desrespeitando.

A reação da vítima a uma experiência de abuso sexual pode ser distinta, mas o que vale dizer é que esta vítima irá, no decorrer de sua vida, sofrer interferências pelas marcas deixadas pela experiência vivenciada.

A vítima após o abuso sexual tem como prováveis sentimentos a culpa, vergonha, fobia, baixa auto-estima, tristeza, desmotivação e outros, além de que possíveis distúrbios sexuais como inibição do desejo sexual, desejo sexual hiperativo, vaginismo, anorgasmia, dentre outros possam surgir.

Um outro fator que é desencadeado pelo abuso sexual é o segredo, que pode ter diversas explicações, entretanto, quando esta barreira é transposta e a criança ou adolescente revela à família o fato ocorrido, toda a estrutura familiar é afetada, podendo esta família agir de forma que auxilie ou não à vítima.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil é um país de território muito extenso, onde predomina grande diversidade entre as regiões que o compõe: econômica, geográfica, cultural e até mesmo política, e isto dificulta bastante se for realizada uma análise cujo objetivo seja entender o abuso sexual.

Devido a esta diversidade, principalmente econômica e cultural, é fácil ver a ocorrência de casos de abuso sexual e exploração sexual por todo o país. Grandes crises econômicas, políticas e sociais pelas quais a sociedade brasileira tem passado vêm promover, de acordo com Barbosa (1999), “seu empobrecimento, agravando a exclusão social e privando os direitos humanos a uma parcela cada vez maior da população”. E como uma tentativa de poder solucionar o problema da pobreza, comumente é visto crianças e adolescentes vendendo o seu corpo para garantir uma forma de sustento. E, ainda para a autora acima citada, além da superação de tal problema, estas crianças e adolescentes sentem medo ou raiva de adultos por terem participado de conflitos familiares, terem sido negligenciados ou punidos fisicamente por seus responsáveis legais.

A violência sexual sofrida pela criança ou pelo adolescente nos primeiros anos de vida faz com que percam a auto-estima e degradem e desvalorizem seu corpo e dignidade.

Na maioria das vezes a criança e o adolescente seguem padrões de comportamento violento dos próprios pais ou do núcleo onde foram criadas, que podem ser de efeito moral, quando, por exemplo, são expulsas por não serem mais virgens ou até mesmo por uma desvalorização da identidade feminina, que devem ser submissas, reprimidas. Esta última desvalorização pode ser explicada pela cultura machista, na qual há uma dominação dos homens.

Segundo González Rey (2004), todas as sociedades apresentam um funcionamento voltado para a manutenção de sua própria organização sócio-econômica, que é desenvolvida a partir de seus valores históricos e culturais, dentro de um sistema de normas e ideais sociais, que são influenciados pela tradição, cultura e pelo desenvolvimento da própria sociedade.

As sociedades de cultura ocidental, que inclui a brasileira, estão acostumadas a criar os homens como os poderosos, que têm direitos a todas as decisões que dizem respeito a eles e às pessoas a seu redor, podendo assim mandar e desmandar em qualquer pessoa, seja ela quem for. Mas esquecem de uma parte fundamental, que são as mulheres e crianças, que também possuem direitos e deveres como quaisquer cidadãos, e também possuem vontades,

desejos e necessidades, provocando dessa forma uma desigualdade que não só se evidencia na economia, como também em todo âmbito social.

A desigualdade brasileira, não somente se revela na desigualdade entre classes - que muito se vê entre ricos e pobres -, mas também nas desigualdades de gênero, raça e idade. Isso se traduz nas relações homens/mulheres, brancos/negros e adulto/criança, respectivamente, sendo que todas estas relações são marcadas pelo autoritarismo e dominação dos primeiros sobre os segundos.

De acordo com Kathelen Mahoney, numa exposição no Seminário das Américas, ocorrido em Brasília, em 1993, conforme o Relatório de Estudo do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA (1997)¹:

“Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual masculino tradicional são poder, a dominação, a força, a virilidade e a superioridade. Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual feminino são a submissão, a passividade, a fraqueza e a inferioridade. A tradição da supremacia masculina ensina rapazes e homens que os traços femininos são sem valor; são sem mérito; e as mulheres devem ser tratadas com inferioridade ou menos bem que os homens. Com o estereótipo de supremacia masculina os homens aprendem a ter expectativas sobre seu nível de necessidades sexuais e sobre a acessibilidade feminina. A dominação e a subordinação são sexualizadas, o que leva à idéia de que os homens têm o direito aos serviços sexuais da mulher. Implicitamente o abusador assume que é sua prerrogativa fazer sexo com qualquer mulher que ele escolha. Ele tem o direito de usar as mulheres como objeto de seu prazer. Uma vez que o uso das mulheres como objeto pelos homens esteja legitimado e enraizado na cultura, o terreno está preparado para todas as formas de tráfico, prostituição, sexo turismo e abuso sexual de crianças e adolescentes do sexo feminino e de mulheres. A idéia é que a criança ou a mulher tem o direito ao próprio corpo não cabe na ideologia supremacista masculina”.

Mas essa dominação do sexo masculino pelo sexo feminino que está enraizada na cultura, não somente brasileira, mas em diversos outros países também, não é a única. Existe também a dominação do adulto sobre a criança; aqui a dominação adulto/criança se assemelha bastante à dominação homem/mulher descrita anteriormente, a criança deixa de ser sujeito e torna-se um objeto, que pode ser usado através da exploração do seu corpo, do seu sexo e de sua submissão.

¹ Fonte: *Op. Cit.* Site do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (30 de agosto de 2005). http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.rtf.

A esta relação de dominação/submissão, podemos associar a idéia de violência de Chauí (1985) *apud* Araújo (2002)², que é baseada no pressuposto de Spinoza, de que a violação da liberdade, do direito do ser humano de constituir sua própria história, é uma violência.

Saffioti (1997) *apud* Araújo (2002)³ propôs o termo violência de gênero para designar não só a violência contra a mulher, mas também contra as crianças e adolescentes, visando à preservação da organização social. Preservação esta que está diretamente ligada à subjetividade social, que é também constituída pela subjetivação individual. Segundo Saffioti e Almeida (1995) *apud* Araújo (2002)⁴, a violência de gênero pode ser atribuída a produções de poder dentro das relações e pela revelação da impotência e não consentimento de quem sofre a violência.

No caso de abuso sexual pode-se ver com freqüência esta desigualdade de gênero, raça e idade, pois na maioria das vezes as vítimas são mulheres e crianças e onde as negras e mulatas são as vítimas em maior número.

1.1 - A Subjetividade

O campo da Psicologia pode ser dividido em dois: a Psicologia Científica que procura, através do empirismo, dados observáveis que possam dar respostas objetivas aos problemas e, através destes, criar leis gerais. Nesta área se destacam o Behaviorismo, que busca estes dados através de experimentos comportamentais, e a Psicomетria, que almeja o objetivo através da medição. O outro campo é o da Psicologia Dinâmica, de forma mais abstrata, pois não visa à busca da objetividade mas sim da dinâmica das representações, da interpretação que os sujeitos têm de uma mesma coisa, de casos singulares. Portanto, pode-se dizer que a Psicologia Dinâmica busca a subjetividade das pessoas. As áreas que estão em contato com esta subjetividade são a Psicanálise e Humanista.

O nobre teórico da Psicanálise, Sigmund Freud via o indivíduo não como uma força geradora de transformações, mas sim como uma instância adaptativa utilizando recursos como mecanismos de defesa. Segundo González Rey (2003):

“O *ego* faz parte de um sistema intrapsíquico que termina eliminando a tensão contraditória que aparece ante a confrontação da história subjetivada do sujeito e os

² Fonte: Site do Scielo (10 de outubro de 2005). <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>.

³ *Idem*

⁴ *Idem*

novos momentos de sua vida social presente. A ação criativa do sujeito é omitida ante a figura de um ego substanciado e débil, impossibilitado de gerar novos focos de subjetivação capazes de conduzi-lo a momentos de ruptura no curso da ação”. (p. 23)

Mas apesar de Freud não compreender a psique como um sentido subjetivo à pessoa, independente da história e da cultura em que o indivíduo está inserido, ele se contradiz dizendo que o indivíduo é formado por sua história pessoal. Visto que a história pessoal de um indivíduo, querendo ou não, está associada a experiências individuais e sociais que movem a sociedade e o homem.

Então a subjetividade pode ser entendida a partir do momento em que a psique, que é a capacidade do organismo de responder, por meio do Sistema Nervoso, a sinais, ou seja é a capacidade de antecipar, prever acontecimentos, vai se organizar dentro da cultura. A psique, que, conforme González Rey, antes era vista como sendo apenas parte do sujeito, passa a ser parte da cultura também (informação verbal).

A subjetividade surge a partir do sentido e do simbólico social, gerado pela cultura, visto que é ela quem nos determina os valores e normas, que devem ser seguidos. Porém, não se pode pensar em subjetividade apenas pelos significados que a cultura nos dá, pois a subjetividade possui três características: o dinamismo, a afetividade ou emocionalidade e o símbolo. Não se pode dizer que a subjetividade está apenas relacionada aos significados culturais, porque tais significados não carregam a emocionalidade que cada indivíduo sente por um determinado acontecimento. É esse sentido emocional que damos aos valores culturais que nos torna quem somos. E pelo fato de todos os seres humanos serem singulares, os sentidos que os valores têm para cada um de nós é diferente.

Os sentidos subjetivos, segundo González Rey (2003) *apud* González Rey (2005), são definidos como “unidade inseparável dos processos simbólicos” e as emoções podem ser definidas como uma “integração inseparável entre processos simbólicos e emoções em um mesmo sistema, na qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (p. 127).

Ou seja, a este sentido subjetivo entende-se como uma unidade integradora que associa diferentes emoções aos processos simbólicos e é exatamente este aspecto que caracteriza a vida do sujeito, a subjetividade individual.

A partir do momento em que há uma tendência em se voltar aos sentidos subjetivos e o sujeito passa a confrontá-los, ocorre o desenvolvimento da emocionalidade individual.

Da mesma forma em que Freud diz que a criança tem sua sexualidade desde muito pequena, os significados da cultura também vão se acumulando desde muito cedo, podendo, assim, a criança organizar sua subjetividade de acordo com os ensinamentos dos adultos.

Ibidem, a subjetividade é legitimada pela produção de sentidos subjetivos que vai além da pressão e repressão marcada por um sistema de realidade, pois o comportamento social que se tem é mais um ocultamento que a expressão real de sua subjetividade. A subjetividade é vista como um processo interno do indivíduo, que se desenvolve a partir de uma realidade externa e de processos objetivos, que caracterizam uma organização social.

Além da subjetividade individual constituída em cada sujeito, ela também é apresentada em todos os espaços sociais, isso porque não existem apenas configurações subjetivas relacionadas ao sujeito e suas interações, também há as configurações produzidas nos espaços sociais onde essas relações são feitas. Esta subjetividade referente aos espaços sociais é chamada de subjetividade social.

A subjetividade social é aquela carregada por emocionalidades, representações e aprendizados dentro de um espaço social, seja este uma instituição ou um grupo. Podemos dizer que todos os espaços sociais em que nos encontramos possuem uma determinada subjetividade social. Tal subjetividade é construída através das experiências de cada membro do grupo ou instituição e da cultura inserida, linguagem, valores e normas.

Pode-se concluir que a subjetividade é uma resignificação de significados, na qual a cultura nos serviu de base, e que também são inclusas as experiências e os sentidos que foram tomados a partir destas experiências.

1.2 - O Abuso Sexual

O abuso sexual é um tema freqüente em nossa sociedade, dos milhares de casos que ocorrem apenas alguns são trazidos à tona, mostrando que a revelação da experiência pode ser muito mais difícil do que parece. Isso porque numa grande maioria das vezes o abusador é um parente ou um amigo da família da vítima, estando assim muito próximo. Essa proximidade pode levar a três vertentes: a primeira, é que o abusador pode ameaçar a vítima se ela contar o que aconteceu a alguém; a segunda, é que a vítima tenha algum sentimento de carinho ou mesmo amor pelo abusador; a terceira, é que pode haver uma lei de silêncio na família. Percebe-se, dessa forma, que existe sempre a dominação, o poder, a autoridade, a influência e afeto.

O abuso sexual, que é a utilização, por parte de um adulto, do corpo de uma criança ou adolescente para fins sexuais, mostra uma relação bilateral, mas nela há apenas um que se satisfaz, o abusador. O abuso sexual pode ocorrer com qualquer pessoa, não importando classe social, nível de escolaridade, idade, estado civil, etnia.

De acordo com o Relatório de Estudo do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA⁵, datado de 1997, o abuso sexual infanto-juvenil pode ocorrer com os dois sexos, tanto o masculino como o feminino, mas há uma prevalência dos casos, em vítimas do sexo feminino, e mulheres mulatas e negras.

Araújo (2002)⁶ coloca que o abuso sexual pode ser visto de três formas: pelo poder exercido pelo adulto sobre a criança ou adolescente; pela confiança que a vítima tem no agressor, que, na maioria das vezes, pratica o papel de protetor; e pela violação do direito que a criança ou adolescente tem sobre seu corpo.

O abuso sexual pode ocorrer dentro da família da vítima, intrafamiliar, ou fora dela, extrafamiliar. Mas nessas duas classificações ele ainda pode ocorrer de maneiras diferentes, envolvendo contato físico ou não, envolvendo violência ou não. Azevedo & Guerra (1988) colocam que no caso de abusos sem o contato físico, podem-se observar práticas como: abuso verbal, que podem despertar na criança interesses ou chocá-la; telefonemas obscenos, nos quais são realizados convites de natureza sexual, podendo estes ser explícitos ou implícitos; exibicionismo, que é a prática da exposição intencional do corpo de um adulto a uma criança; e, o voyerismo, que pode ser explicada como uma espionagem, por parte do adulto, ao corpo de uma criança. Quando o abuso é através do contato sexual por ser realizado pelo ato sexual em si, por carícias, manipulação de genitais e contato oral-genital, neste grupo está a pornografia, a prostituição sexual infantil, a pedofilia e o incesto. Por último, o abuso ocorrido juntamente com a violência, identificada como estupro, é o contato íntimo entre uma vítima e um adulto, porém praticada sempre com a utilização da força, ameaça ou intimidação. É, portanto, caracterizado pela brutalidade no ataque sexual, que pode levar a criança ou o adolescente à morte, e pode ser identificada como o estupro, que é o contato íntimo entre uma vítima e um adulto, porém praticada sempre com a utilização da força, ameaça ou intimidação.

⁵ Fonte: *Op. Cit.* Site do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (30 de agosto de 2005). http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.rtf.

⁶ Fonte: Site do Scielo (10 de outubro de 2005). <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>

O abuso sexual pode ocorrer de várias formas, mas geralmente está associado à violência física, ameaças e também à sedução⁷. O abuso sexual ocorre sempre sem o consentimento da vítima, que estará dopada, anestesiada ou mesmo consciente da situação.

No caso da vítima ser seduzida, o adulto convence a criança, de modo que ela não perceba, não entenda e nem imagine que está sendo abusada.

Estudos e pesquisas mostram que o abuso sexual é provocado por pessoas bastante próximas ou no mínimo familiares à vítima, geralmente são pessoas que tem poder legal de estar com a criança e protegê-la, e obrigação social de inseri-la na sociedade. Estes se utilizam da ingenuidade da criança para promover a realização de fantasias sexuais, desde acariciar o corpo da vítima até o ato sexual em si, sem ao menos levar em conta as conseqüências, marcas psicológicas, que estas vítimas irão carregar para o resto de suas vidas.

Diversos estudiosos e pesquisadores tentam identificar o porquê do abuso sexual. Finkelhor *apud* Azevedo & Guerra (1988) elaborou 13 pseudo explicações científicas sobre o assunto, agrupando em quatro grupos: teorias sobre o agressor; teorias sobre a vítima; teorias sobre o contexto familiar; e, teorias sobre fontes sociais e culturais. No primeiro grupo foram descritas teorias sobre o agressor como degenerado, mães sedutoras, fixação sexual, diversidade de tipos de agressores sexuais. As teorias sobre a vítima se dividiam em crianças sedutoras e crianças sem defesa na área sexual. No grupo de teorias sobre o contexto familiar, estão o isolamento social, a confusão de papéis, o ambiente de abandono, conflito conjugal, super-sexualização e supervisão pobre e, por fim, o quarto grupo referente a fontes sociais e culturais, estavam as teorias da supremacia masculina e da fragmentação social.

Segundo Azevedo & Guerra (1988), alguns autores discordam de algumas destas pseudo-teorias de Finkelhor, como é o caso da criança sedutora, da patologização do agressor, da família responsabilizada pela falta de cultura associada à pobreza e marginalização e o caso da fragmentação social.

Dados empíricos, levantados por estes pesquisadores e estudiosos que discordam de Finkelhor, mostram que teorias como no caso da criança sedutora não fazem jus aos reais acontecimentos, pois os dados revelados são baseados na relação à dominação-subordinação, em que o homem impõe suas condições e as mulheres e crianças são obrigadas a lidar com isso, sendo dessa forma, o problema da agressão sexual ser um problema de gênero, de acordo com Snowdon *apud* Azevedo & Guerra (1988). Entretanto também há de se discordar destes estudiosos e pesquisadores, pois problemas patológicos do abusador, podem, sim, causar uma

⁷ Fonte: Site Rubedo (30 de agosto de 2005). <http://www.rubedo.psc.br/artigosb/abusosex.htm>.

situação de abuso. Da mesma forma em que a falta de cultura, de educação podem levar a crianças e adolescentes a aceitar o abuso, sem ao menos saber o que realmente está acontecendo.

1.3 - Categorias do Abuso

O abuso sexual pode ser caracterizado desde apenas elogios até o ato sexual em si, e devido a essa variedade de formas de se abusar de uma pessoa, este foi dividido em categorias. Parisotto (2001)⁸ coloca que a violência sexual enquanto doença é dividida em categorias: Pedofilia, Estupro, Assédio Sexual, e Exploração Sexual. Em todas elas, não só a vítima da violência sexual, mas também o abusador têm a necessidade de um tratamento. E não é difícil que aconteça uma transferência de papéis, no futuro, pois a vítima pode vir a ser um abusador, também.

A primeira categoria a ser explanada é a pedofilia, que de acordo com Dunaigre (1999), pode, também, ser designada como abuso de menores, incesto - quando ocorre dentro da família, ou molestação de menores. A pedofilia é um transtorno parafilico, na qual a pessoa apresenta fantasias e excitação sexual intensa com crianças pré-adolescentes e colocando em prática tais urgências. Tais fantasias inconscientes fazem da criança uma pessoa “mágica”. O adulto irá projetar sua idealização da criança “mágica” em uma criança de “carne e osso”, e fará com que esta criança realize seus desejos sexuais.

De acordo com esta perspectiva, do autor acima citado, esta criança representada pelo imaginário do adulto é seu próprio lado infantil. Pode ser que esta criança imaginada seja o próprio abusador, que, quando na infância, também sofreu violência sexual, e que por ser uma criança decidiu se calar e não expor sua angústia. No futuro, esse silêncio foi transformado em uma situação que para a sociedade é aversiva, mas que para ele é uma forma de a outra pessoa passar pelas mesmas coisas que ele passou, impondo a ela o seu segredo. Acima de tudo, é uma forma de exteriorizar de seu passado.

O sexo praticado com crianças geralmente é oral, sem o contato dos dois órgãos genitais, do abusador e do abusado, ou contato entre o órgão genital e o ânus da vítima.

O pedófilo, de acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde) tem pelo menos 16 anos de idade e sua vítima é pelo menos 5 anos mais nova que ele. Ele pode ser classificado de acordo com uma faixa etária: jovens de até 18 anos de idade, que aprendem a

⁸ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar *Abuso Sexual: pedofilia, Estupro, Assédio e Exploração Sexual* (29 de setembro de 2005). <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=97#est>

realizar o ato sexual com suas vítimas; adultos com idade entre 35 e 45 anos, que molestam seus filhos ou filhos de parentes, vizinhos ou amigos; pessoas com idade acima de 55 anos, que sofreram algum tipo de estresse, ou sentimento de perda (morte ou separação) ou até mesmo alguma doença que afete o Sistema Nervoso Central, e; aquelas pessoas que sempre foram abusadores, não importando a sua idade.

A maioria dos pedófilos são homens, mais existem diversos casos de mulheres abusadoras. Já o pedófilo ou abusador fixado, segundo Vânia Izzo de Abreu⁹, da Abrapia, tem como objeto de desejo sexual a criança ou pré-adolescente, que tanto são usadas para a satisfação sexual quanto para que o abusador se sinta poderoso e dominador sobre uma outra pessoa. O pedófilo é caracterizado pela imaturidade no desenvolvimento sexual e pode ser visto como um doente, posto que não tem controle e nem consegue evitar a prática do abuso.

Uma análise documentada no *Relapse Prevention Model*, citado no texto de Dunaigre (1999), indica de forma mais precisa os diferentes fatores que levam a pessoa a praticar o ato. Existem os fatores emocionais, que acarretam em seu desvio sexual, como a depressão, impotência, sentimento de fracasso e sensação de enfado, e os fatores racionais, na qual o abusador divide o ato em seqüências precisas, como estratégias de relacionamento, forma de aproximação, cálculo de risco e a prática do ato. Na estratégia de relacionamento ocorre o estabelecimento da escolha da vítima, na qual o abusador escolhe o sexo da vítima, idade, características físicas, e observa o ambiente em que vive e a família da criança. A forma de aproximação, ou contato inicial com a vítima, pode ocorrer de maneiras diversas, desde conversas, elogios e presentes, incluindo interesse pelos gostos da criança, até a ameaça e utilização de força física. No caso do cálculo de risco, o abusador avalia o risco envolvido, incluindo a presença de possíveis testemunhas, denúncia da criança aos pais e a policiais, reação dos pais, parentes e pessoas próximas à vítima e vingança.

O pedófilo pode ser separado em duas categorias¹⁰: os pedófilos situacionais, os quais possuem estruturas psicopatológicas, transtornos de personalidade, que vão desde a esquizofrenia até a psicopatia, e cometem atos impulsivos, isolados e não necessariamente sentem atração sexual pela criança, além de serem caracterizados pela imaturidade sexual e transgressões da lei. E os pedófilos preferenciais, que é a mais comum, e envolve desvio sexual visando crianças pré-púberes, podendo então ser classificados como portadores de uma personalidade perversa. Esta pode ser encontrada em todos os níveis sócio-culturais.

⁹ Fonte: Site Revista Bolsa de Mulher (25 de julho de 2005).

http://www.bolsademulher.com.br/revista/33.3916.4641/abuso_sexual.html.

¹⁰ *Idem*

O abusador justifica seu ato de diferentes formas, mas geralmente diz que está ensinando à criança, desenvolvendo nela habilidades sexuais, para que esta seja especial e saudável. O pedófilo pode envolver-se afetivamente ou não e ter ou não a noção da diferença de idade.

No caso de incesto, uma situação intrafamiliar, a criança é vulnerável e não é vista como portadora de necessidade e de desejos, sofrendo carência afetiva e vista principalmente como uma posse dos pais. A criança que se vê carente procura atenção respondendo a sedução de adultos até mesmo desconhecidos. Características marcantes do incesto são: o segredo, a falta de defesa, na qual a criança tem como aprendizado que na família tudo é permitido, devendo desconfiar somente de estranhos, e adaptação da criança ou adolescente, onde a criança se sente desprotegida, numa armadilha, mas não podendo recorrer a ninguém só lhe resta se acostumar com a situação. Aqui pode haver muitas discordâncias e ser bastante complicado. A família pode dividir-se entre os que acusam o abusador e os que acusam a vítima de ter provocado e participado da situação. Por este motivo, primeiramente a criança é internada, para que possa haver uma proteção a ela e o clareamento, através de uma equipe especializada, de toda a situação experienciada. Depois o tratamento inicial é feito junto à família, de forma a interferir na crise e, posteriormente, tanto o abusador quanto a vítima devem ser tratados a longo prazo.

O tratamento da vítima é feito a longo prazo porque surgem no decorrer de vida da criança conseqüências bastante graves como, depressão, problemas sexuais, problemas de relacionamento íntimo e duradouro, culpa e insegurança.

A segunda categoria a ser explicada é o estupro, que é o ato físico de violentar ou atacar outra pessoa, sem o seu consentimento e forçá-la a realizar a prática sexual. Parisotto (2001)¹¹ coloca que geralmente o abusador tem sentimento de ódio sobre a pessoa, e como no caso desta categoria a maioria é de homens, é mais comum de se ver este ódio sobre as mulheres. O abusador também pode ter sentimento de inadequação e insegurança em relação a sua habilidade de realizar o ato sexual. De uma forma geral, o abusador é agressivo e pode apresentar distúrbios sexuais como o sadismo.

A culpa é o sentimento mais presente depois da vítima ter sofrido um abuso, pois ela vem a se sentir como provocadora, passiva e permissiva a tal situação. Mas outros sentimentos tais como baixa auto-estima, vergonha, fobias, tristeza e desmotivação também são bastante comuns. Uma outra característica apresentada por vítimas de estupro, e que não é

¹¹ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *Abuso Sexual: Pedofilia, Estupro, Assédio e Exploração Sexual* (29 de setembro de 2005). <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=97#est>

rara, é a ideação suicida e estresse pós-traumático, ou transtorno de ansiedade. Então, a vítima de estupro deve ser tratada conscientizando-a, principalmente, de que sua experiência foi um ataque e que ela não foi culpada pelo ocorrido.

A autora citada acima diz ainda que o assédio sexual, ou molestamento ou coação sexual, é a terceira categoria da violência sexual. Este inclui uma aproximação sexual não bem-vinda, solicitação de favores sexuais ou qualquer ação ou verbalização de natureza sexual. O assédio sexual pode ser dividido em dois tipos: quando existe qualquer tipo de pressão sobre a vítima para que realize algum favor sexual ou se submeta a alguma forma de prática sexual por estar hierarquicamente em um nível abaixo do molestador; e, quando existe alguma pressão para a vítima sentir-se em um ambiente desagradável, podendo ser hostilizada (o) ou não bem-vinda, por ser de seu sexo específico, tendo este que suportar com sofrimento ou abandonar o ambiente.

Como existem leis que punem o molestador, o tratamento da vítima de assédio sexual ocorre em cima disso, fazendo a vítima procurar meios legais contra o molestador, e treiná-la para que possa realizar a identificação de situações deste tipo.

*Ibid*¹², faz a identificação da quarta e última categoria de violência sexual, a exploração sexual. A exploração sexual profissional ocorre quando há algum tipo de intimidade sexual entre a pessoa que está prestando serviços e a pessoa que procurou ajuda profissional. Este tipo de violência sexual pode acontecer entre diversos relacionamentos profissionais assimétricos, sempre quando há uma pessoa com alguma forma de poder sobre a outra. Exemplos disso são relações médico-paciente, terapeuta-paciente, professor-aluno, clérigo-paroquiano, advogado-cliente, dentre outras. Não só no Brasil, como em diversos outros países, existem casos que foram parar na mídia de exploração sexual, como de padres que abusavam de seus coroinhas, de médicos que abusavam de suas pacientes e de professores que abusavam de seus alunos. Mas os profissionais abusadores somente procuram ajuda após terem sido delatados pela vítima e/ou indiciados pela prática.

Mas esta prática causa danos graves às vítimas. Desde o juramento de Hipócrates, datado de 400 a.C., restringe a intimidade sexual entre profissionais da área médica e pacientes, e esta restrição é vista atualmente tanto no código de ética médica quanto o código dos psicólogos. Tal lei foi introduzida a estes códigos, pois para a vítima é muito difícil retomar a confiança pelos profissionais de saúde, sendo que já foi abusada por um deles. E isto acaba por prejudicar o vínculo terapêutico, que é de extrema importância para o

¹² *Ibid*

desenvolvimento de um relacionamento saudável entre o paciente e o profissional de saúde e a obtenção de sucesso no tratamento.

1.4 - O Abusador

O abusador age de forma sutil, podendo apenas alisar ou beijar a criança, passar a mão pelo seu corpo incluindo suas genitais, ou nem sequer tocá-las. Neste último caso, o abusador substitui o toque por apresentação de vídeos e revistas pornográficas, a fim de ensiná-las como se faz o ato sexual, ou fica apenas a observar a criança trocar de roupa, ou ainda faz a vítima observar, enquanto este toma banho.

O abusador convence a criança com elogios, presentes e até mesmo dinheiro para que possa ficar observando seu corpo ou tocar a vítima intimamente

O abusador pode ser quem menos se espera, na realidade, é quem deveria denunciar o abuso e não ser seu agente. Atualmente, muitos casos deste tipo apareceram na mídia, de médicos, padres, mães e pais que abusam da ingenuidade infantil para que possam realizar suas fantasias.

O abusador tem como perfil, a apresentação de transtornos da personalidade e de conduta, orgânicos ou psiquiátricos, alteração comportamental induzida por psicotrópicos ou de ajustamento sexual, sendo que destas disfunções sexuais do agressor, pode se ver o desejo sexual hiperativo (voyeurismo, exibicionismo, estupro, pedofilia, masturbação compulsiva e prostituição), caracterizado pela frequência aumentada de fantasias e desejos sexuais, sendo conduzidas com compulsividade, sofrimento e falta de controle ao ato. Nesta, o problema de comportamento pode ser visto como uma forma de tranquilizante, diminuindo a ansiedade, medo e solidão. Pode ter sido abusado sexualmente quando criança, mas este perfil não é universal, pois, como será visto mais adiante, existe uma classificação para o abuso sexual, que pode diferenciar pessoas abusadoras. Ele pode ser de qualquer nível social, raça; possuem dificuldades em sua vida sexual; geralmente são pessoas simpáticas, afetivas, amorosas, carinhosas, agradáveis de se conviver, são discretas, não gostam de chamar atenção, aparentam ter bom caráter, podendo assim dizer que são pessoas acima de qualquer suspeita.

Da mesma forma em que pode ter um desejo de transgressão, não possuindo limites, nem significado de moral e respeito ao outro como diz a psicóloga da Aliança de Psicologia

Hospitalar do Estado do Rio de Janeiro, Mônica Freitas¹³, o abusador pode ser analisado sem ser um transgressor.

Não necessariamente estas pessoas que abusam de crianças e adolescentes são pedófilos. De acordo com Vânia Izzo de Abreu¹⁴, psicóloga da Abrapia, estas podem ser abusadores situacionais, os quais praticam o abuso como um ato impulsivo e esporádico, colocando-o em prática apenas quando motivado por transtorno de personalidade, ou algum problema psicológico como: fragilidade, baixa auto-estima. Segundo uma estatística da Abrapia (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência) apenas entre 10% a 20% dos casos de abuso sexual são registrados; e isso mostra a grande dificuldade que as vítimas encontram para relatar suas experiências, pois elas podem não ter coragem de fazer a denúncia pois o abusador tem uma relação afetiva para com elas, pode ser que para elas seja mais fácil manter segredo devido ao contexto social, econômico, cultural em que estão inseridas, ou até mesmo mantêm o segredo por medo de ameaças. Os abusos que ocorrem fora de casa são mais fáceis de ser denunciados pela criança, visto que não possui nenhum vínculo afetivo com o abusador.

O abusador explica que a prática é sempre uma coisa normal, e que está oferecendo à criança a oportunidade de experimentar o sexo e ensiná-la a prática do ato sexual. A maneira de persuadir a criança ou adolescente pode ser diferenciada, vindo através de elogios, presentes e dinheiro, mas para o abusador é sempre importante deixar claro para a vítima que a relação sexual – a “brincadeira” – deve ser um segredo dos dois, e que se por ventura a criança contar a alguém quem irá sofrer as consequências será ela mesma, pois a família não vai acreditar e irá abandoná-la ou ela será violentada fisicamente, apanhando.

Para a criança tudo vira uma grande confusão, com relação às imagens que ela desenvolveu de pai protetor e representante da lei, que se torna um alguém desconhecido e a mãe que passa a ser omissa, e por não entender o que está se passando ela acaba cedendo às exigências do abusador. Pois para a criança, apanhar, ou sofrer qualquer outro tipo de violência física e o fato de perder o amor dos pais é de suma importância, e para que isto não ocorra, ela se sujeita ao abuso, mesmo sem saber que está sendo vítima.

¹³ Fonte: Site Revista Bolsa de Mulher (25 de julho de 2005).
http://www.bolsademulher.com.br/revista/33.3916.4641/abuso_sexual.html.

¹⁴ Idem

1.5 - A vítima

A criança ao ser abusada está sendo desrespeitada como sujeito, tendo seus direitos violados muitas das vezes por pessoas que deveriam protegê-la.

A reação de cada criança é diferente diante de uma situação similar. Enquanto umas podem gostar e continuar com a “brincadeira”, outras irão sofrer, podendo gerar fobias e reações físicas sem origem orgânica, só por se aproximar de quem abusou dela e outras, ainda, podem achar que não pertencem ao grupo infantil e se isolar, podem ter sentimento de estar suja ou não se sentirem querida e amada e pensarem até em suicídio¹⁵. Mas, o importante aqui é salientar que o abuso sexual irá deixar marcas psicológicas na criança no decorrer de sua vida, dificultando sua evolução psicoafetiva, possibilitando o aparecimento de depressões e insegurança sexual, afetando as identificações que a criança poderia construir e impedindo que sua adolescência seja à época de reconstrução de significados.

Em alguns países foram realizadas pesquisas com crianças que foram abusadas sexualmente e, segundo Royer (1997), nestas pesquisas foram vistos que os resultados conferiam com a teoria baseada em testemunhos, indicando que a experiência do abuso sexual provoca manifestações tardias de distúrbios da sexualidade. Por exemplo, no caso da pesquisa realizada no Canadá, cidade Ontário, com 125 crianças com menos de seis anos de idade, dois terços dos entrevistados apresentavam reações psicossomáticas e desordens de comportamento como pesadelos, medos e angústias; em 18% das crianças constataram anomalias no comportamento sexual, como masturbação excessiva, introdução de objetos na vagina e ânus e conhecimento da sexualidade adulta inapta para a sua idade. Já nos Estados Unidos da América, Cidade Arizona, a pesquisa foi realizada com 202 crianças com idade inferior a sete anos e também foi confirmada a alteração de comportamentos sexuais, inadequados para a idade. E, por fim, na França, onde das crianças entrevistadas vítimas de incesto, 30 delas apresentavam depressão, dificuldade no desenvolvimento escolar, fugas, anorexia, distúrbios sem origem orgânica geradores de problemas físicos e toxicomania e 22 delas tentaram suicídio, após a experiência traumática.

O comportamento adotado pela criança após a experiência de ser sexualmente abusada pode ser diferenciado e influenciado por diversos fatores, como a maneira como a família descobre e reage diante do abuso sofrido pela vítima, mas sempre agravado pela violência imposta com dominação, como diz a psicóloga Liliane Deltaglia *apud* Royer (1997).

¹⁵ *Ibid*

Quando uma criança ou adolescente pré-púbere é abusada sexualmente, pode-se ter certeza de que esta irá carregar para o resto de sua vida marcas psicológicas, além de serem despertados para o sexo precocemente, de maneira deturpada e traumática. Estas vítimas também podem desenvolver comportamentos psicopatológicos, como a aversão a parceiros que tenham mesmo sexo que o seu agressor, ou ainda se tornarem promíscuos e terem uma sexualidade descontrolada e até mesmo serem contaminadas por seus próprios agressores com doenças sexualmente transmissíveis (DST) ou riscos de gravidez ou ainda lesões físicas decorrentes do abuso. E além destes prejuízos ainda pode desenvolver transtornos da personalidade.

A criança que é abusada dentro de sua própria família muitas vezes foge de casa e passa a ser vítima de outros tipos de violência nas ruas, onde tem que arrumar meios de subsistência.

A mudança repentina de comportamentos da criança ou adolescente pode indicar a ocorrência de violência sexual. Os sinais físicos do abuso são mais fáceis de ser identificados que os sinais emocionais, dessa forma torna-se necessário estar atento a estas mudanças. Alguns sinais físicos que podem ser apresentados pelas crianças e/ou adolescentes são¹⁶: dificuldade de caminhar e de dormir; dores e inchaços nas áreas genitais e/ou anais; lesões e sangramentos sem causa aparente; DST; secreções vaginais ou penianas; dificuldade em controlar a bexiga e o intestino; e, infecção urinária. Os indicadores comportamentais são¹⁷: comportamento sexual inadequado para a idade; vergonha excessiva; auto-flagelação; fuga de casa e medo em retornar; hiperativismo ou hipoativismos, comportamento infantilizado, masturbação excessiva; choros sem causa aparente e rebeldia excessiva.

As crianças abusadas sexualmente, principalmente por pessoas da própria família, possuem uma visão de mundo completamente diferente de outras que não tiveram a mesma experiência, que sempre foram muito amadas e protegidas. Na maioria das vezes se sentem traídos e desconfiam de todas as pessoas, o que pode levar a problemas de relacionamento sexual e social na vida adulta. Algumas das conseqüências possíveis geradas pelo abuso sexual nas crianças ou adolescentes são: sentimento de culpa e vergonha; sentimento de ser má, suja e de pouco valor; perda da confiança nas outras pessoas; medo constante de sofrer novo abuso; e, depressão. As conseqüências levadas para a vida adulta são¹⁸: dificuldades de

¹⁶ Fonte: Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (07 de setembro de 2005).

<http://www.mds.gov.br/servicos/servico06.asp>

¹⁷ *Idem*

¹⁸ Fonte: Site Mental Help. *Seqüelas do Abuso Sexual* (25 de julho de 2005).

http://www.mentalhelp.com.br/abuso_sexualk.htm

relacionamento social e conquistas profissionais; disfunções sexuais; depressão e suicídio; atração pela dor e sofrimento; auto-flagelação; ataques de pânico e pesadelos bastante vívidos; tendência ao abuso de tranqüilizantes ou de entorpecentes; dificuldade em manter o peso na faixa desejada; e, dificuldade de manter relacionamentos sexuais duradouros.

1.5.1 – Sedução

Ao se pensar em sedução como algo fundamental para um sadio funcionamento do sujeito, visto que todas as relações interpessoais a envolvem, pode-se dizer que a sedução promove as primeiras marcas. E a sedução ainda pode ser vista de uma outra forma, envolvendo a sexualidade, segundo Adriana Nicolau¹⁹, impulsionar o sujeito ao ato do prazer.

A sedução então pode ser entendida como um fator desencadeante do processo traumático, uma vez que apenas num segundo momento é que o sujeito irá reativar a lembrança da experiência, mas ao mesmo tempo defendendo-se através do recalque os representantes pulsionais evocados pela lembrança.

De acordo com Freud *apud* Adriana Nicolau, o trauma ocorre em dois tempos. No primeiro momento, a criança vive a sedução de forma passiva, sem nenhuma significação sexual, e no segundo momento, com o amadurecimento da sexualidade da então criança, e um fato atual deste momento, é que irá reativar a lembrança e, assim, promover a caracterização do trauma. Desta forma, o ego é invadido pelas representações do primeiro tempo, tornando-se fonte de tensão e desprazer, constituindo o efeito traumático da recordação.

1.5.2 – Culpa

A vítima de abuso sexual quando se sente culpada pelo acontecido, está relacionando a uma culpa como defesa não autêntica contra a angústia, que de acordo com James Hollis²⁰: “trata-se de uma reação epifenomenal à experiência da ansiedade com a qual ela está tão estritamente identificada que se torna indistinguível naquele momento”.

A culpa é a sensação reativa e protetora da criança. O sentimento desagradável são lembranças reflexivas de visitas ao terreno árido da desaprovação dos pais. No caso do abuso

¹⁹ Fonte: Site Rubedo (30 de agosto de 2005). *Abuso Sexual na Adolescência: Discussões Teóricas e Possibilidades terapêuticas*. <http://www.rubedo.psc.br/artigosb/abusosex.htm>

²⁰ Fonte: Site Rubedo (25 de julho de 2005). *A Ubiquidade da Culpa*. <http://rubedo.psc.br/Artlivro/ubiquida.htm>.

sexual, o sentir-se culpado em dizer não ao ato, por exemplo, é mais uma defesa contra a possibilidade de o outro ficar aborrecido.

A culpa não autêntica está relacionada ao ressentimento dos outros perante as suas respostas, ao ciúme, à raiva, em suma, a todo material que segundo Jung é o material da sombra. Esse material da sombra faz com que uma pessoa seja superficial e a autenticidade que faz valer a nossa opinião e ser sinceros com si mesmo e com os outros é essencial ao homem.

Portanto, a culpa como defesa não autêntica contra a angústia e a não permissão da representação de si mesmo. E tal culpa está frequentemente associada à época da vulnerabilidade da criança, que deve responder de forma adequada para não contrariar nem desagradar os pais. A angústia de que possamos discordar, contrariar ou desagradar alguém, principalmente os pais, faz com que fiquemos presos a época da infância, na qual “aprendemos” a responder de forma a realizar a vontade dos outros e isso nos força a não fazer valer nossas necessidades e desejos próprios.

1.5.3 – Segredo

A síndrome do segredo está relacionada à negação, mecanismo de defesa utilizado pela criança e pela família diante da ocorrência do abuso sexual. Através dela o pai pode falar que é apenas uma forma de realizar a educação sexual para com a criança, negando o fato de ter sido um abusador. A mãe vai se utilizar da negação para promover o bom relacionamento com o marido, sem que precise entrar em conflito com as suas questões sexuais. Já a criança, segundo Green *apud* Azambuja (2004), pode usar tal mecanismo de defesa para proteção da família, para proteger o pai, não o acusando de abusador e para se proteger da culpa que sente pelo ocorrido, e da vergonha, que pode estar associado a uma dissociação, na qual a criança separa o real fato de ter sido abusada dos sentimentos que o ato lhe provoca.

Quando a criança ou adolescente conta à família, ela pode se deparar com reações diferentes do que ela espera, o que favorece o sigilo. Isso porque a família pode achar que ela está inventando, pode dizer que ela não teve prejuízo nenhum e não dar atenção e pode, ainda, responsabilizar a criança por ter provocado a situação. E além dessa desconfiança familiar, ela também pode ser obrigada a silenciar sobre o fato por medo da intimidação do agressor, como matar seus parentes, colocá-las em instituições longe da família e de matá-la.

É interessante ressaltar que quando a criança decide relatar sobre o caso, primeiramente ela opta por um relato parcial, contando que foi apenas uma situação de abuso

e que foi com uma pessoa desconhecido, e somente depois de ter criado confiança na pessoa para qual está contando, ou seja, depois de muito tempo, é que ela realmente conta o que aconteceu, relatando o caso todo e mostrando que o abuso era contínuo e que não era uma pessoa desconhecida mas sim pessoas familiares a ela.

E da mesma forma como alguns casos são relatados, outros nunca vem à tona, mostrando que as vítimas podem preferir o segredo. Alguns casos são relatados após vários anos, mas outros são guardados “a sete chaves” para o resto da vida da vítima. E devido a esse segredo e não procura de ajuda, a pessoa pode vir a apresentar como consequência disfunção sexual, necessidade de aproximação sexual para obter atenção, dificuldade de relacionamento afetivo, dentre outros.

Entretanto é difícil de avaliar a necessidade do segredo da experiência para a vítima, pois dentro de uma situação intrafamiliar deve-se levar em conta o contexto social, econômico e cultural em que tal família está inserida. Isso porque é muito fácil para os que estão de fora e não participam da dinâmica familiar dizer que o abusador devia estar preso ou que a criança deveria estar em um abrigo, mas se colocando numa situação desta, pode ser que o abusador é quem tem o controle financeiro, é ele quem trabalha e dá o sustento da família e com relação à criança, pode ser que ela dentro de sua própria família, mesmo que esteja acontecendo casos de abuso ainda, ela pode se sentir muito melhor, estar feliz e recebendo uma atenção que possa estar sendo suficiente para ela. Caso ela seja internada, indo para fora do seio familiar, ela poderá se tornar uma pessoa infeliz.

1.5.4 - Transtornos de Personalidade

A criança quando abusada pode desenvolver personalidade patológicas, como a dissociativa, *borderline*.

O transtorno dissociativo pode ser definido como uma interrupção integrativa funcional da consciência, memória, identidade e percepção ambiental²¹.

Uma pesquisa documentada²² foi realizada em 1028 pessoas que haviam sofrido abuso sexual e físico na infância. Foi relatado como sintomas mais freqüentes a incapacidade de escutar o outro, episódios de esquecimento, comportamentos inesperados, sensação de não estar num mundo real e *deja-vus*. Os sintomas que também foram relatados mas não com

²¹ Fonte: Site Psicosite (07 de setembro de 2005). *Relação entre Distúrbio Dissociativo e Abuso Sexual na Infância..*
<http://www.psicosite.com.br/tex/sod/dis004.htm>.

²² *Idem*

grande frequência são: objetos e pessoas com aparência irreal, não reconhecer sua própria letra em escritos manuais, ter a impressão de ser duas pessoas diferentes, não reconhecer pertences próprios como antigos, achar que partes do corpo não são pertencentes a si, achar que um fato real era apenas uma fantasia, ter fantasias idealizadas como reais. Porém, é imprescindível colocar que os resultados obtidos deram maior ênfase aos achados relacionados ao abuso físico, sobretudo com sintomas de uma personalidade dissociativa.

De acordo com esta pesquisa e com literaturas científicas, a experiência do abuso sexual pode trazer como consequência sintomas de personalidade dissociativa, mas as relações entre a frequência em que o abuso ocorria ou a gravidade do ato para a vítima e também a idade em que ocorria o abuso, dão intensidades diferentes nos sintomas. E foi possível a partir daí determinar que, quanto mais cedo o abuso ocorrer, ou seja, quanto mais cedo ocorrer o trauma, mais forte será a intensidade do sintoma²³.

Uma outra pesquisa documentada²⁴, foi realizada com 467 pacientes em um hospital, das quais 358 apresentaram em pelo menos um dos vários questionários semi-estruturados personalidade *borderline*. Dentre estes pacientes cerca de 60% haviam sido vítimas de abuso sexual na infância. Pode-se dizer que é uma parcela importante, mas os estudos concluíram que a condição de ter sido abusado sexualmente não faz a pessoa desenvolver necessariamente a personalidade *borderline*.

O transtorno da personalidade múltipla, o mais grave dos transtornos dissociativos, também pode ser uma possível implicação do abuso sexual na infância²⁵. Os traumas infantis podem ser oriundos de incestos, abusos sexuais ou quaisquer episódios que possam ter desenvolvido um estresse pós-traumático. Sintomas psiquiátricos, relacionados a este transtorno, encontrados na fase adulta são: fobias, alucinações auditivas, comportamento suicida, depressão, ansiedade, abuso de substâncias e comportamento compatível com personalidade Borderline.

²³ Fonte: Site Psicosite (07 de setembro de 2005). *Relatos de Sintomatologia Dissociativa em Pacientes com História de Abuso Físico ou Sexual*. <http://www.psicosite.com.br/tex/sod/dis007.htm>.

²⁴ Fonte: Site Psicosite (07 de setembro de 2005). *Personalidade Borderline as Origens na Infância*. <http://www.psicosite.com.br/tex/out/per003.htm>

²⁵ Fonte: Site Psicosite (07 de setembro de 2005). *Personalidade Múltipla: seguimento 2 anos*. <http://www.psicosite.com.br/tex/sod/dis001.htm>

1.6 - Dinâmica Familiar

A situação de abuso interfere em toda a dinâmica familiar e cada membro da família pode ter uma reação diferente. A revelação do caso de abuso sexual pela criança provoca uma transformação, dando início a crises familiares.

A família tanto pode ajudar a criança, acreditando na que ela diz e procurando auxílio para uma possível resolução do problema, como retirar o abusador de dentro da família, mas também pode complicar, não aceitando o fato, ou simplesmente acreditar mas colocando a responsabilidade do ocorrido na criança, fazendo-a crer que ela tem toda a culpa, pois foi ela quem facilitou e participou da experiência.

Pode-se dizer que existem três formas de atuação da mãe numa situação de abuso sexual infantil por um membro de sexo masculino dentro da família. Tem a mãe que nunca desconfiou de nada e se sente culpada depois da descoberta, por não ter protegido a criança; existe a mãe que ajuda a criança, procurando auxílio e retirando inclusive o abusador de dentro do seio familiar; e, por fim, tem a mãe que não admite a situação, pois terá que fazer uma confrontação entre ela mesma e suas questões de sexualidade. Essa última é mais complicada, pois a princípio a mãe não acredita no fato de que seu companheiro tenha abusado da criança, sendo que ela está presente para resolver as necessidades e desejos sexuais do parceiro.

Portanto, toda essa questão da negação, do desmentir e da culpabilização da criança pode servir como meio, como diz Araújo (2002)²⁶, de “suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal”. Mas esta negação também pode ser provocada por um conflito conjugal, no qual a criança passa de certa forma a ocupar um lugar, uma função, que não é dela dentro do seio familiar, tornando-se, segundo Zavaschi *ibid* Azambuja (2004) “pequenas mães, assumindo deveres domésticos que seriam tarefas de mãe” ou ainda pela menor capacidade de proteção da criança pela mãe vulnerável que se casou com um abusador.

1.7 - Sexualidade Humana

A história de normalidade sexual entre adulto e criança vem desde antigamente. Existem tradições grega, judaica e sumeriana, que viam práticas deste tipo como normais, por

²⁶ Fonte: Site do Scielo (10 de outubro de 2005). <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>

exemplo, na Grécia era comum a prática do coito anal entre alunos e professores, e também em Roma viam-se crianças escravas servirem para a satisfação do prazer sexual dos adultos e isso era aprovado pela comunidade. De acordo com Azevedo & Guerra (1988), a tradição judaica proibia todas as formas de incesto, entretanto a sociedade judia no mínimo silenciava ao incesto pai-filha, visto que permitia o casamento de adultos com criança.

As autoras citadas acima ainda colocam que a chegada do cristianismo corresponde ao início de uma nova fase, onde o ato sexual entre adulto e criança passa a ser visto como errado e condenado pois, para esta religião, o ato sexual serve apenas para procriação e a criança é vista como uma coisa pura, sem pensamentos e sentimentos sexuais. Porém, a queda do poder moral da Igreja fez com que a condenação das práticas passasse a ser responsabilidade do sistema jurídico do Estado.

Partindo do pressuposto de que esta prática sexual é um crime e que a condenação deve ser analisada, pode-se ter dois tipos de compreensão: como comportamento desviante, explicado psicopatologicamente; ou pela arte de sedução da criança ou do adolescente, tornando-se esta culpada, como é o caso da vitimologia, processo pelo qual a criança não é mais vista como inocente mas como ré. Já na segunda década do século passado, século XX, a vitimização passa a tomar a frente, trazendo uma nova concepção do relacionamento sexual entre adulto e criança. Nesta, a criança deixa de ser ré e inocente e passa a ser sujeito de direitos que não podem ser violados impunemente. Entretanto, como consequência da vitimização, está, segundo Azevedo & Guerra (1988), a dominação do homem sobre a mulher e a criança, estabelecida pela sociedade.

Parisotto (2001)²⁷ coloca que as diversas culturas mundiais idolatram o órgão sexual masculino como forma de poder, de fertilidade e de liderança e desde muito tempo se vê isso. Platão identificava o deus Eros como o deus do amor e do apetite sexual, que eram considerados por ele instintos básicos, era o que impulsionava a vida do ser humano. Já Freud *apud* Parisotto (2001)²⁸ via como força vital a libido e através de pesquisas afirmou que até mesmo crianças eram dotadas de sexualidade, podendo através da auto-manipulação chegar ao prazer. E mais tarde, Masters e Johnson *apud* Parisotto (2001)²⁹, pesquisadores americanos, descreveram o Ciclo da Resposta Sexual Humana, abordando quatro fases: excitação, platô, orgasmo e resolução, que com a complementação de psicanalista Helen S.

²⁷ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *Sobre o Estudo da Sexualidade Humana*. (09 de setembro de 2005).
<http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=259>

²⁸ *Idem*

²⁹ *Idem*

Kaplan *apud* Parisotto (2001)³⁰, introduzindo a este ciclo a fase do desejo sexual, pode-se ter uma nova abordagem terapêuticas para as disfunções sexuais.

O comportamento sexual humano é determinado por diferentes combinações de variáveis, como relacionamento interpessoal, experiências vivenciadas e pela cultura na qual a pessoa está inserida. Portanto, a normalidade sexual vai depender principalmente da cultura, o que é certo e o que é errado para cada um. Para a nossa cultura, cultura ocidental, a normalidade sexual está relacionada a uma sexualidade compartilhada, na qual o casal está de acordo com o que é feito, sem haver nenhum caráter destrutivo para um ou para outro, segundo Abuchaim & Abuchaim (2001)³¹. Já a anormalidade sexual pode ser definida quando há uma fixação em uma determinada forma de sexualidade, ou quando a pessoa não consegue desfrutar de outras formas de prazer e, ainda, quando a pessoa não consegue ter relações sexuais com outras pessoas.

Mas o abuso sexual não pode ser considerado de forma generalizada como uma anormalidade da sexualidade humana, pois dentro de nossa cultura existem diversas outras subculturas, que podem ver o ato de o adulto se relacionar sexualmente com uma criança, de uma forma completamente diferente da qual estamos acostumados. Nestas, o adulto pode ser considerado, não como um transgressor da proibição do incesto, princípio este de uma ordem cultural, mas como uma pessoa que está tendo uma sexualidade saudável, porque está passando por todas as fases de resposta à sexualidade humana. Porém, não há acordo entre os dois participantes com relação à situação, sendo assim, não há acordo com relação a um prejudicar o outro; e dependendo do tipo de abuso sexual, pode haver uma fixação em determinada prática sexual e, no caso, o abusador pode não vir a sentir outras formas de prazer além daquela que faz. Visto dessa maneira, o abuso sexual já não pode mais ser considerado como uma forma de sexualidade saudável, mas como uma sexualidade não-saudável.

Mas a sexualidade humana é mais do que apenas o ato sexual em si, também inclui carícias, fantasias, pensamentos eróticos e masturbação. As fantasias são pensamentos representativos de desejos sexuais e têm como funcionalidade a complementação e estimulação da sexualidade. A masturbação também é participante da sexualidade saudável, e pode ser definida como toque nas áreas do próprio corpo e que geram prazer.

³⁰ *Idem*

³¹ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *A Sexualidade Normal e Transtornos Sexuais*. (29 de julho de 2005). <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=52>.

Segundo Abuchaim & Abuchaim (2001) ³², são chamadas fases de resposta sexual humana, a sucessão de fases interligadas entre si que representam as sensações sexuais despertadas no ser humano. Esta sucessão se inicia com o desejo, que consiste em fantasias, pensamentos eróticos ou visualização da pessoa desejada, que geram vontade de realizar o ato sexual. Depois o desejo desencadeia a excitação, que representa a alteração física do corpo e a sensação de prazer, na preparação para o sexo. Durante o ato sexual surge a quarta fase que é o orgasmo, na qual ocorre o clímax do prazer sexual e, por fim, a fase da resolução, em que há o relaxamento e a sensação de bem-estar após o orgasmo.

As ocorrências de falhas nestas fases podem causar transtornos sexuais, classificados em disfunções sexuais e parafilias.

1.7.1 - Disfunções Sexuais

Durante as chamadas fases de resposta sexual humana, podem ocorrer problemas, que são as disfunções sexuais ou transtornos sexuais. De acordo com Parisotto (2001)³³, as disfunções sexuais são problemas que podem afetar ou alterar o desejo sexual e as respostas fisiológicas do corpo diante de estímulos sexuais. As disfunções femininas são: vaginismo, inibição do desejo sexual, dispareunia, que é a dor durante a relação sexual, aversão sexual, transtorno de excitação ou frigidez e anorgasmia. Já as disfunções sexuais masculinas são: transtorno do desejo sexual hipoativo, aversão sexual, ejaculação precoce, anorgasmia e impotência ou disfunção erétil.

No caso de abuso sexual, culpas, comportamento sedutor por parte dos pais dificultam na relação amor e sexo, uma disfunção que ocorre com maior frequência é a inibição do desejo sexual, que também é conhecida por transtorno do desejo sexual hipoativo³⁴, originado principalmente por problemas de ordem psicossocial. Neste ocorre uma falta ou diminuição da vontade de realizar o ato sexual, perda da motivação pelo sexo seu tratamento varia de acordo com a causa, visto que também pode ter causa orgânica e por problemas de relacionamento entre o casal. A depressão, caracterizado como quadro de tristeza e de sentimentos de menos valia ajuda a provocar tal disfunção; aqui a mulher geralmente luta pela continuidade da relação sexual ou adota um comportamento de fuga do contato sexual. E por

³² *Idem*

³³ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *Tipos de Problema Sexual*. (07 de setembro de 2005).

<http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=32>.

³⁴ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *A Sexualidade Normal e Transtornos Sexuais*. (29 de julho de 2005).

<http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=52>.

não saber o porquê da coisa, é comum, de acordo com Parisotto (2001) ³⁵, a mulher culpar o companheiro como responsável pela falta de apetite sexual.

Outra disfunção sexual feminina é o vaginismo, que segundo Abuchaim & Abuchaim (2001) ³⁶ é a contração involuntária da musculatura vaginal, sempre que a pessoa vem a ter pensamentos de que irá ter uma relação sexual, atrapalhando a penetração do pênis; e quando contraída a musculatura, mais forçada à tentativa de penetração, essa situação causará muita dor a mulher. O tratamento do vaginismo visa no entendimento das causas e no exercício de relaxamento genital, para que a contração não ocorra mais no momento do ato sexual.

Uma outra disfunção sexual feminina é o desejo sexual hiperativo, o contrário da inibição do desejo sexual. Parisotto (2001) ³⁷ coloca que as disfunções, a erotomania e a ninfomania, que acontecem principalmente por uma desregulação ou falta de controle da motivação sexual, fazem parte deste desejo sexual hiperativo. Ainda segundo a autora citada acima, o DSH, como é conhecido indica um exagero do desejo sexual, caracterizando-se pelo aumento da frequência do desejo e das fantasias sexuais juntamente com uma compulsão ao ato. O nível, segundo a autora, vai desde a masturbação excessiva e prostituição, até a parafilias do tipo voyeurismo, pedofilia, estupro e exibicionismo. Tal disfunção pode ser vista como um comportamento mal adaptado, onde a compulsão ao ato de buscar o prazer sexual foi apreendido como um modo de diminuir a ansiedade, o medo e a solidão.

Além destas três disfunções sexuais femininas citadas, as demais também podem ocorrer devido ao fato de terem sido abusada sexualmente.

1.7.2 – Parafilias

As parafilias são transtornos sexuais, caracterizados pela presença de desejos ou fantasias sexuais compulsivas e estimulantes, que estejam relacionadas a objetos não humanos, com a humilhação de si mesmo ou de seus parceiros e ainda relacionada com crianças, adolescentes ou mulheres que não consentem com o ato sexual praticado³⁸.

³⁵ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *Disfunção do Desejo Sexual Feminina*. (29 de julho de 2005). <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=11>.

³⁶ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *A Sexualidade Normal e Transtornos Sexuais*. (29 de julho de 2005). <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=52>.

³⁷ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *Adição ao Sexo*. (09 de setembro de 2005). <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=9>.

³⁸ Fonte: Site ABC do Corpo Salutar. *Tipos de Problema Sexual*. (07 de setembro de 2005). <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=32>.

As parafilias podem ser³⁹: exibicionismo, que é a necessidade de obtenção de prazer através da exibição de órgãos sexuais a pessoas estranhas; o sadomasoquismo, caracterizado pela prática de maus tratos físicos e morais ao seu parceiro e a si mesmo; pedofilia, que é o sexo com crianças; o voyeurismo, definido pela necessidade de observar os órgãos sexuais de estranhos e a prática sexual visando à obtenção de sua excitação e posterior prazer; e, o fetichismo, caracterizado pelo prazer de amar partes do corpo da pessoa ou objetos de seu uso.

1.8 – Tratamento

Pelo fato do abuso sexual ser de bastante complexidade, pois envolve três partes: a vítima, a família e o abusador, e para cada uma das partes são acarretadas conseqüências. Faz-se necessário que três tipos de intervenção andem juntas: a protetora, a punitiva e a terapêutica, de acordo com Furniss (1993) *apud* Araújo (2002)⁴⁰. E para que isso ocorra é preciso de uma abordagem interdisciplinar, que, segundo Jurjo Santomé *apud* Azambuja (2004), “consiste num esforço de busca da visão global da realidade, como superação das impressões estáticas, e do hábito de pensar fragmentador e simplificador da realidade”.(p.145)

No caso de abuso sexual a forma mais adequada de se realizar uma terapia é através da terapia do grupo familiar, de enfoque operativo, como ressalva Pichon-Rivière (1994) *apud* Araújo (2002)⁴¹, e não terapias individuais. Isso porque neste tipo de enfoque procura-se criar um ambiente de acolhimento e de avaliação do problema enfrentado pela família, para que alguma solução possa ser revelada a fim de acabar com o conflito.

Idem:

“Um grupo obtém uma adaptação ativa à realidade quando adquire insight, quando se torna consciente de certos aspectos de sua estrutura dinâmica, quando cada sujeito conhece e desempenha seu papel específico e o grupo se abre à comunicação e ao processo de aprendizagem e interação com o meio” (Pichon-Rivière, 1994, p. 53)⁴².

Implicando assim numa tarefa de redefinição de papéis, funções e responsabilidades de cada membro da família, para que o estabelecimento da comunicação fosse refeito e a confiança fosse retomada, tudo dentro de uma abordagem psicossocial. Pois toda a dinâmica da terapia é voltada para o entendimento das possíveis causas da situação, incluindo os

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ Fonte: Site do Scielo (10 de outubro de 2005). <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>

⁴¹ *Idem*

⁴² *Idem*

aspectos psicológicos, econômicos, sociais, culturais contextualização atual da família e a história de vida dela.

A partir do momento em que, segundo Gabel *apud* Azambuja (2004), a criança ou o adolescente recebe créditos, sendo apoiada e ajudada, as manifestações identificadas mais claramente desaparecem. Passam a reencontrar o interesse pelos outros e pela brincadeira, mas sua angústia pode tomar forma de neurose com diversas fobias como, afastamento de pessoas do mesmo sexo do agressor, medo de escuro, de solidão, dentre outras neuroses associadas.

A recuperação da criança e do adolescente abusado sexualmente depende do resgate de sua auto-estima e do clareamento de possíveis caminhos que podem ser percorridos a fim de buscar um futuro mais digno. Isso porque, segundo Barbosa (1999), a partir do momento em que a vítima se auto valoriza, ela passa a respeitar a si e aos outros, além de se tornar capaz de ser uma pessoa sexualmente saudável, quando for capacitado por um adulto bem informado sobre o conhecimento de o próprio corpo, da atividade sexual e sobre as primeiras experiências.

A melhor forma de saber o que realmente aconteceu é entrevistando a vítima, o abusador e a família, pois na maioria das vezes no exame de corpo e delito não é detectado o abuso, principalmente em crianças muito pequenas⁴³.

Existem diversas formas de se entrevistar uma criança para saber dela o que ocorreu, mas como fazer a criança falar é um processo bastante demorado e cuidadoso, pois se deve essencialmente a busca pela confiança da criança para com o profissional, é preferível a utilização de métodos como a representação através de desenhos e de bonecos que possuem genitálias e orifícios aparentes⁴⁴.

1.9 - Estatística Brasileira

No Brasil, algumas formas de manifestações de violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser identificadas, juntamente com as situações econômicas que permeiam a prática. Primeiramente, o abuso sexual intrafamiliar, no qual 50% dos casos de estupro são incestuosos. Segundo a CPI da exploração e prostituição infanto-juvenil ocorrida em 1993, em Brasília, de acordo com o CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre

⁴³ Fonte: Site Revista Bolsa de Mulher (25 de julho de 2005).
http://www.bolsademulher.com.br/revista/33.3916.4641/abuso_sexual.html.

⁴⁴ *Idem*

Crianças e Adolescentes (1997)⁴⁵, há um favorecimento para ocorrência quando a família, vista como uma instituição na qual deve proteger e ensinar a criança e o adolescente, transgredir seu dever, provocando a expulsão destas para rua e favorecendo a utilização de seu corpo como mercadoria para seu sustento. Tal situação engloba todo o país, tanto as zonas rurais quanto as urbanas e todas as classes sociais. Há também o caso de crianças e adolescentes que vão para as ruas após sofrer violência física e/ou sexual, ou ainda ter sido submetida à miséria e a negligência e que, por isso, passam a vender seu corpo para garantir seu sustento e obter afeto. Nestes casos, é mais comum de se ver pessoas do sexo feminino, mas o número de pessoas de sexo masculino tem aumentado consideravelmente, e também ocorre com mais frequência em cidades grandes e de médio porte.

A economia também interfere promovendo manifestações de violência sexual nas regiões de turismo e extrativistas. Na primeira é comum encontrar em regiões litorâneas a prática de turismo sexual e pornografia e até tráfico de mulheres para países estrangeiros, que envolve toda uma rede que inclui desde agências de turismo até taxistas. O turismo sexual também pode ocorrer em regiões banhadas por rios navegáveis, esta visa à comercialização do corpo da criança e do adolescente para turistas, mas na verdade, quem se utiliza são os próprios nativos da região. A exploração sexual que ocorre em áreas de garimpo, apresenta-se como uma forma de venda, leilão, mutilação, tráfico e cárcere privado.

Reconhecendo assim, que não somente a forma em que a cultura está enraizada mostrando que o homem é “o todo poderoso”, mas que também a economia vigente no país também exerce significativa influência na violência sexual sofrida pelas crianças e adolescentes.

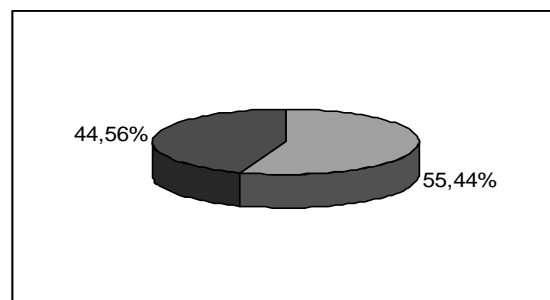
A Abrapia (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) lançou o Sistema de Combate à Exploração Infanto-Juvenil, juntamente com um 0800, forma pela qual telefonemas gratuitos pudessem servir como fonte de denúncia e informações sobre o programa. A divulgação deste 0800 até o ano de 2000 servia apenas para denúncias de exploração sexual comercial, mas a partir deste ano sua divulgação também incluiu o abuso sexual. Tal sistema teve sucesso, pois até o final de dezembro de 2002, foram feitas 32.316 ligações, dentre estas 1793 eram denúncias de exploração sexual e de abuso sexual, incluindo denúncias de pornografia e exploração sexual vinculadas à Internet. E depois da instauração deste sistema foi realizada uma pesquisa quantitativa em forma de

⁴⁵ Fonte: Site do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (30 de agosto de 2005). http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.rtf.

relatório anual referente ao período de Janeiro a Dezembro de 2002, a fim de mostrar uma estatística mais aproximada do que realmente acontece.

No caso a seguir, pode-se ver que mesmo a divulgação e liberação do 0800 para denúncias de abuso sexual só ter sido após o ano de 2000, neste relatório de 2002, mais da metade das denúncias feitas foram relacionadas a abuso sexual.

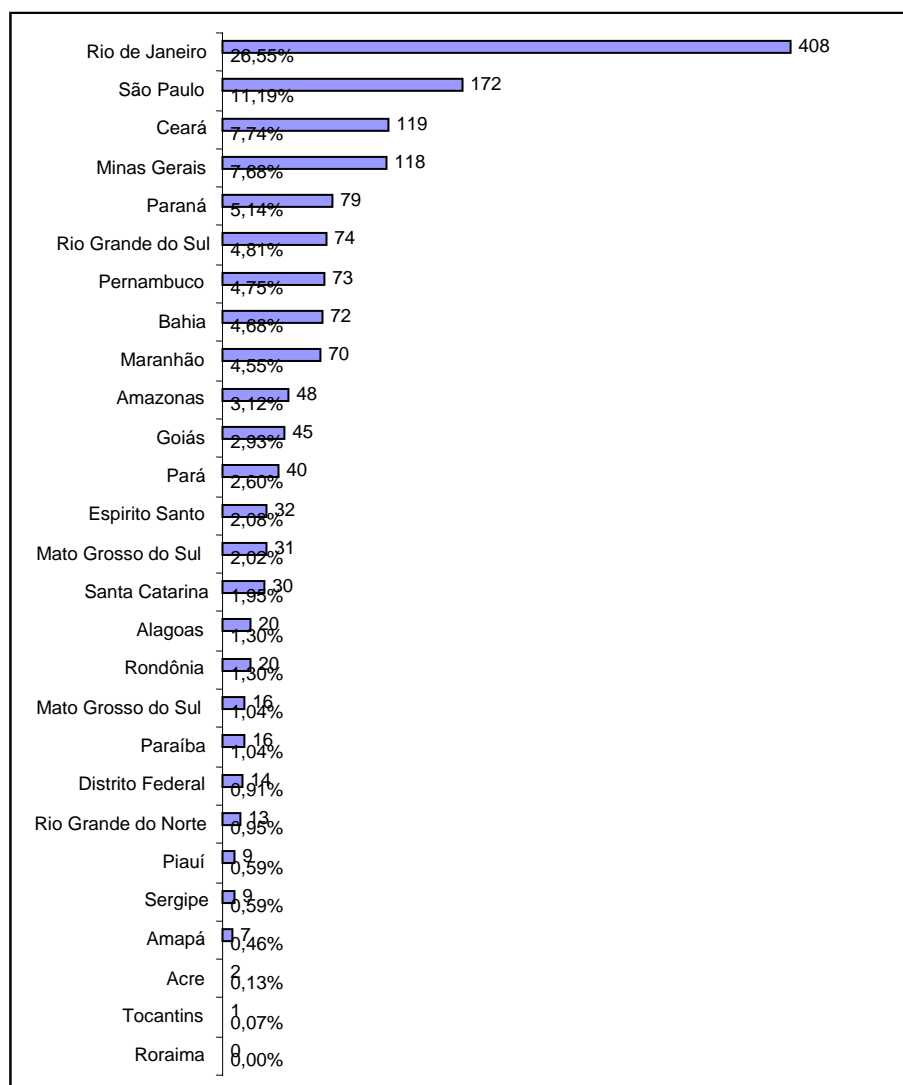
Denúncias	de	799
Exploração Sexual		
Denúncias	de	
Abuso Sexual		994
Total	de	
Denúncias		1793
Total de Ligações		32316



Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

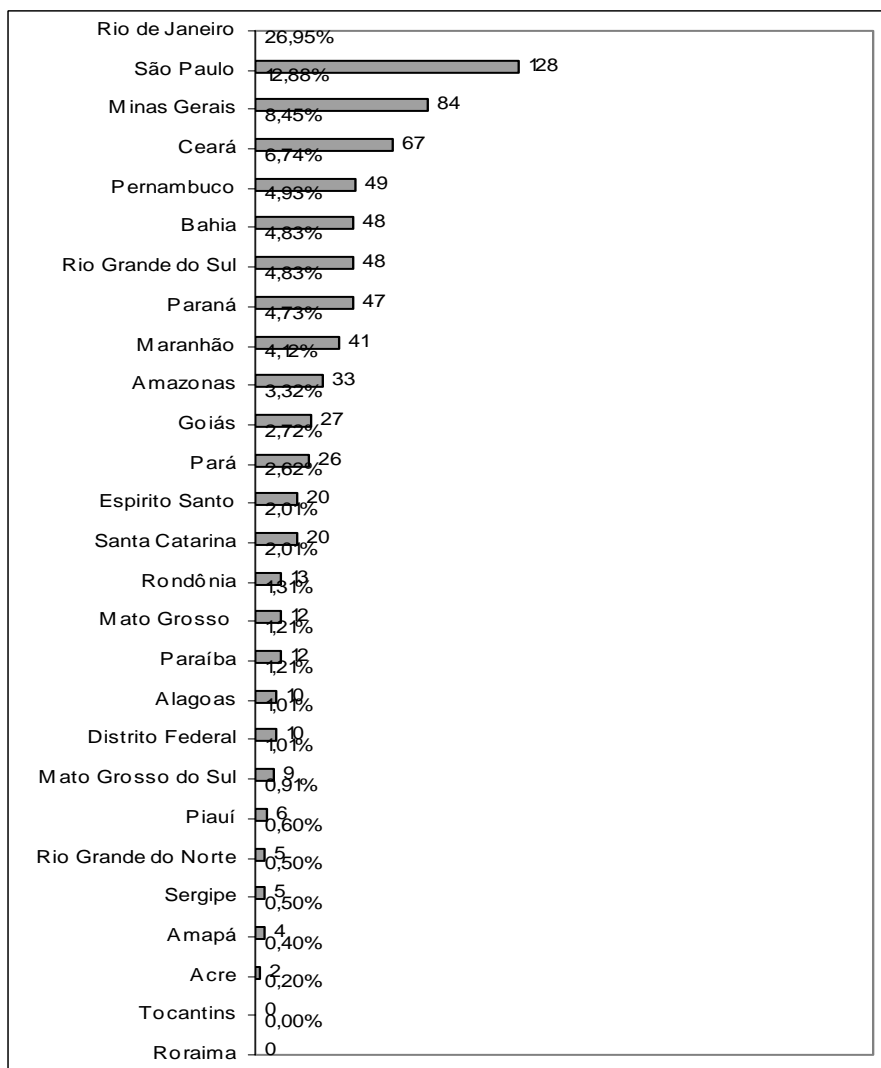
Considerando um universo de 1537 denúncias, retirando apenas as denúncias relacionadas à pornografia infanto-juvenil na Internet, que somadas são 256 denúncias, abaixo é mostrado um gráfico dos casos de abuso e exploração sexual denunciados neste programa, que são separados por unidades federativas. Nesta separação pode-se ver claramente, que uma maior quantidade de casos acontece nas grandes cidades, que são economicamente mais ativos e tem maior população, porém não se pode descartar que os demais estados que não tem a economia tão ativa quanto os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e também não possuem uma população tão abrangente, mas que tiveram uma média de denúncias consideráveis.

No gráfico abaixo também é mostrado que as regiões litorâneas possuem grande quantidade de casos relatados, assim como as regiões extrativistas, como o estado do Amazonas



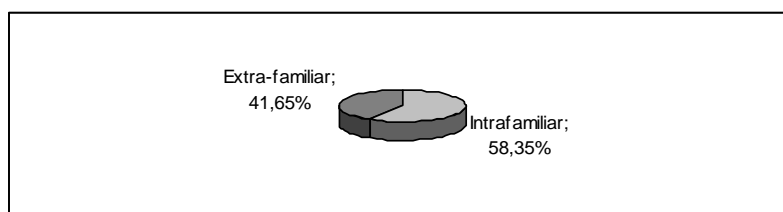
Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

Agora com relação a somente abuso sexual, os 994 casos denunciados também serão mostrados em separado por unidades federativas.



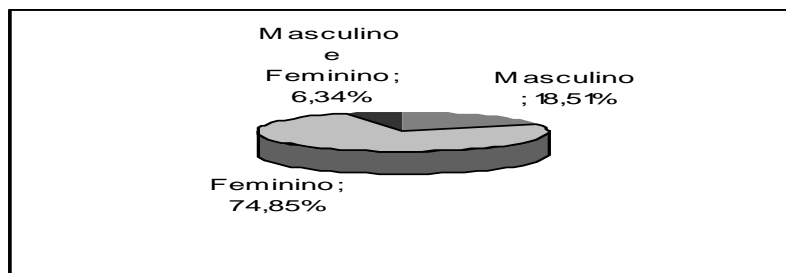
Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

No gráfico abaixo pode ser visto o que a literatura afirma, de que a maioria dos casos de abuso sexual ocorrem no seio da própria família, e não como geralmente é pensado, que as agressões são provocadas por estranhos.

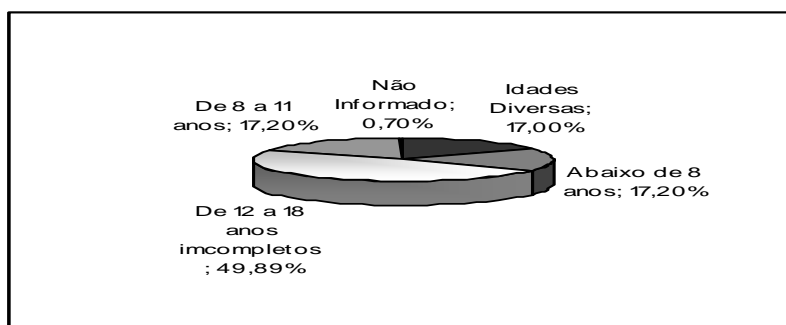


Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

No gráfico abaixo o perfil das vítimas de abuso sexual, sendo possível identificar que a prevalência dos casos de abuso sexual ocorre com mulheres, apesar de a quantidade de homens abusados estar aumentando gradativamente. E no outro gráfico é mostrado a idade das vítimas, mostrando também que a prevalência da idade é entre os 12 e 18 anos, quando a mulher já está com seu corpo bem desenvolvido, podendo chamar mais a atenção do agressor, que um criança.

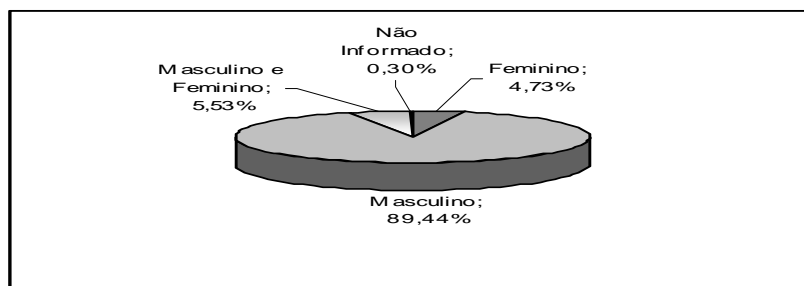


Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.



Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

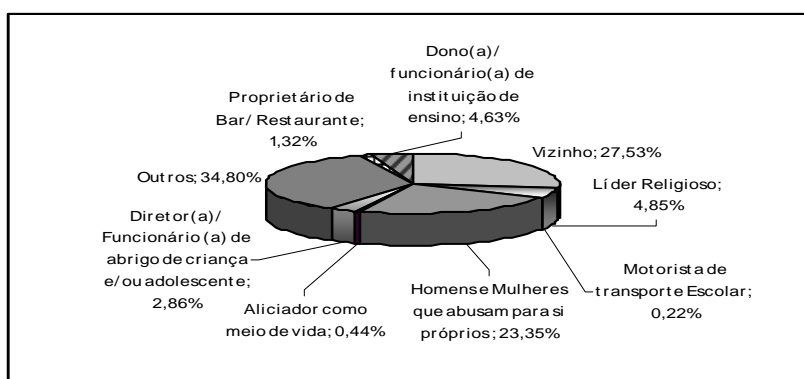
O perfil dos agressores de abuso sexual é mostrado nos gráficos abaixo, afirmando o que a teoria diz que os homens abusadores são em maior número que as mulheres, apesar da quantidade de mulher agressora estar aumentando gradativamente, também. E que a idade dos abusadores, não é muito diferenciada, mas havendo uma prevalência de agressores com idade entre 30 e 45 anos.



Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

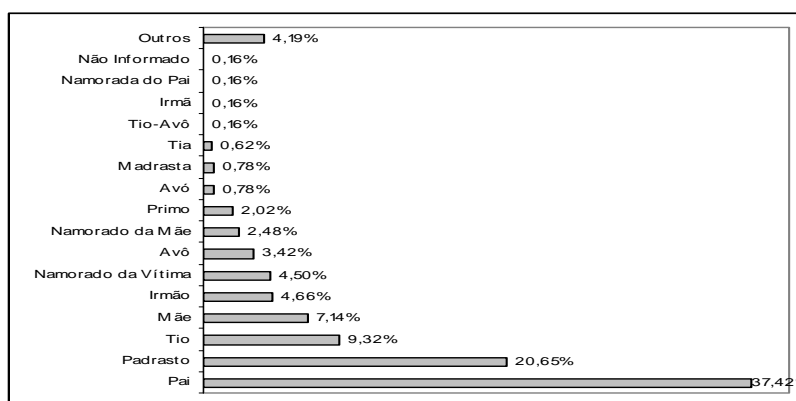
Vínculo afetivo com o agressor:

No caso de abuso sexual extra-familiar



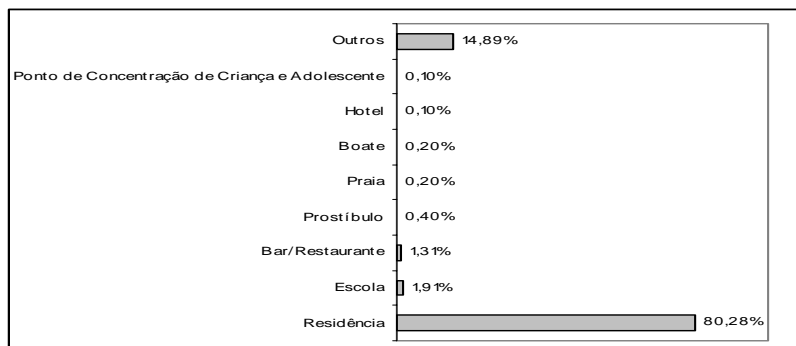
Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

No caso de abuso sexual intrafamiliar, a prevalência dos casos ocorre entre a vítima e o pai e o padrasto, o que já era esperado, visto que é maior a quantidade que casos no seio familiar e também é maior a quantidade de agressores homens. Mas como dito anteriormente, os casos de agressores do sexo feminino vêm aumentando e o gráfico abaixo mostra que a mãe vem se sobressaindo, indicando que não está muito distante do padrasto e do pai.



Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

Locais de ocorrência de abuso sexual, podem variar como mostra o gráfico, porém a maioria dos casos é ocasionada dentro da própria casa. O que não leva a nenhuma contradição, visto o que os demais gráficos, mostrados acima, indicam.



Fonte: Relatório Anual Abrapia (2002). Site: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Em 26/08/2005.

1.10 - De rés a sujeito de direitos

Para a sociedade ocidental foram necessários quase 200 anos para que a idéia de infância fosse transformada para a que se tem atualmente. Antigamente, de acordo com Postman *apud* Azambuja (2004), a criança não recebia muita diferenciação do adulto, eram apenas consideradas como adultos em miniatura. Foi apenas a partir do século XVI, que surgiu o sentimento de encantamento do adulto pela criança, o qual foi chamado por Philippe Áries, *apud* Azambuja (2004), como sentimento de paparicação. E somente após esse momento que se iniciou a preocupação com a formação psicológica da criança e a busca por seu conhecimento para que o adulto pudesse corrigi-la.

Então, no século XVIII, de acordo com Corazza *apud* Azambuja (2004), recomendados por pensadores da época, os pais encontraram como solução a utilização de punições físicas e castigos, para que as crianças fossem moldadas de acordo com seus desejos. E as crianças, para não sofrerem, acabavam consentindo as imposições dos pais.

Ainda no século XVIII o interesse pela higiene e saúde física das crianças teve um crescente aumento, que segundo Azambuja (2004), surgiram principalmente através dos trabalhos de John Locke, no qual dizia que a prevenção poderia preservar a saúde das crianças. E foi Rousseau (1999) *apud* Azambuja (2004), quem mostrou uma alternativa de prevenção interessante, na qual expunha uma contradição nos valores culturais arraigados. Nesta foi mostrado que a educação da criança estava sendo feita de maneira errada, pois ao invés de ensinar primeiramente os direitos das crianças, eram ensinados os deveres delas. E

foi com esta medida que a atenção do mundo passou a se voltar para a criança como sujeito de direitos.

Duby & Chartie *apud* Áries *apud* Azambuja (2004) dizem que no século XIX, a criança passa a ocupar um lugar dentro da família, que se torna afetiva e são estabelecidas relações de sentimentos entre os pais e as crianças e de proteção.

No Brasil, as crianças sempre estiveram à margem da sociedade, tendo direitos violados. Ramos *apud* Azambuja (2004) coloca que desde que as primeiras crianças da colônia portuguesa chegaram ao Brasil, o primeiro marco da desproteção da criança foi estabelecido, pois elas tinham que se sujeitar aos abusos sexuais promovidos pelos marinheiros, pois quase não se via mulheres nas embarcações. Até mesmo com a instituição da Lei do Ventre Livre, em 1871, as crianças, filhas de escravos continuavam sendo exploradas pelos senhores e outras eram desvalorizadas e abandonadas pelos senhores de terra.

Azambuja (2004) coloca que a partir do século XX, algumas áreas de formação, como o direito, a medicina, a pedagogia e a psiquiatria, contribuíram para que uma nova mentalidade de assistência à criança fosse tomada pela sociedade, mostrando o significado da infância no contexto familiar e social. E a criança conquistou a condição de sujeito de direito.

O Código Civil Brasileiro, de 1916, hoje revogado, trouxe alterações relacionadas às crianças e aos pais. *Ibid*, neste, houve a substituição o termo “posse dos filhos” por “proteção à pessoa dos filhos”, relacionada ao papel dos pais perante os filhos.

Atualmente, a legislação vigente no Brasil que defende a proteção dos direitos da criança e do adolescente e o bem estar infantil, é baseada nos documentos, segundo o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA)⁴⁶: Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, que sofreu alteração em 26/09/1923, em Genebra; Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, estipulada pela ONU em 1948; Segunda Declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 1959, que pode ser vista como ampliação e revisão da Declaração de Genebra, também pela Assembléia Geral da ONU; Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, datada de 1989, e; Declaração de Viena de 1993.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi o primeiro documento internacional que apresentou, segundo Azambuja (2004) as obrigações dos Estados, como “o reconhecimento dos direitos fundamentais à sobrevivência, ao

⁴⁶ Site do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (30 de agosto de 2005). http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.rtf.

desenvolvimento, à proteção e à participação; à proteção integral; a prioridade imediata para a infância e o direito à convivência familiar e social” (p.46), com a finalidade de garantir os direitos das crianças. Portanto, pode ser visto que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em 1989, teve como prioridade a substituição da visão que se tinha anteriormente sobre a criança e o adolescente, os quais não tinham proteção e nem participavam das decisões que lhes diziam respeito, além de não lhes serem garantidos o atendimento às suas necessidades básicas.

Serão citados abaixo, dez princípios, da Declaração de Direitos da Criança de 1959, *apud* Azevedo & Guerra (1988), que deveriam ser realmente colocados em prática, mas que na verdade não é bem isso que ocorre:

- “Todas as crianças devem beneficiar-se dos direitos desta Declaração. Não importa cor, raça, sexo, religião ou língua. Em a condição social e econômica da criança ou de sua família.
- A criança deve receber proteção especial para desenvolver-se de forma sadia e saudável, em condições de liberdade e dignidade.
- A criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade, desde seu nascimento.
- A criança tem direito a crescer e criar-se com saúde. Tem direito a alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequada.
- A criança, física ou mentalmente incapacitada, tem direito a tratamento, educação e cuidados especiais.
- A criança precisa de amor e de compreensão. Deve ser criada num ambiente de afeto e de segurança moral e material. E as crianças sem família, ou sem meios de subsistência, devem receber cuidados especiais do governo e da sociedade.
- A criança tem direito ao ensino gratuito e obrigatório, pelo menos ao primeiro grau.
- A criança deve receber os primeiros socorros e proteção, em quaisquer circunstâncias.
- A criança deve ser protegida contra a negligência, crueldade e exploração. Só deve trabalhar a uma idade mínima conveniente, sem que isso venha a prejudicar sua saúde e educação.
- A criança deve ser protegida contra qualquer tipo de discriminação. Deve ser criada num ambiente de amizade, de paz e de fraternidade entre os povos, e em plena

consciência de que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes”. (p. 7-10)

Com o desenvolvimento das ciências, mostrando que a criança não era apenas um objeto mas sim uma pessoa de direitos, o Brasil adotou a doutrina da proteção integral aos menores de 18 anos completos, de acordo com o art.227 da Constituição Federal, mesmo antes de ser firmada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, na qual 191 países participaram.

Doutrina da Proteção Integral, segundo à Constituição Brasileira *apud* Barbosa (1999):

“É dever da Família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (p.28)

E esta mesma doutrina foi regulamentada pelo Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, art.3, datada de 1990), *apud* Barbosa (1999), no qual dizia:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.(p.28)

A partir deste momento, foram criados meios que permitissem que o atendimento e a proteção destes direitos fossem garantidos. De acordo com Azambuja (2004), o ECA criou os Conselhos de Direitos nacional, estaduais e municipais, que são os canais pelos quais o Estado e as sociedades possuem para atuar em defesa da garantia dos direitos da criança e do adolescente, e os Conselhos Tutelares, que permitem a participação popular no atendimento às crianças e adolescentes que correm perigo.

Porém apesar de se ter lei que garanta a proteção da criança pela família, pela sociedade e pelo Estado, o que acontece na realidade, não é bem uma proteção, principalmente, por parte da família, que muitas vezes negligencia suas crianças, além de permitir, acobertar e estimular a violência sexual, promovendo e facilitando, dessa forma, a exploração sexual, e da sociedade, que não enxerga ou finge não ver a violação destes direitos. E com relação ao papel do Estado, este da mesma forma como a sociedade, são omissos. Pois além de não cumprir o seu papel de garantia dos direitos à criança e ao adolescente também não formula políticas públicas de proteção, tolerando que as crianças e

adolescentes sejam expostos a ambientes inapropriados para o seu desenvolvimento saudável e, permite, ainda, que haja uma distorção dos valores culturais da sociedade e para a degradação da figura feminina, reduzindo-a em apenas um objeto funcional do prazer sexual masculino.

Também é lei no país, de acordo o art.227, parágrafo 4º, da Constituição Federal *apud* Barbosa (1999) que toda forma de abuso, violência, e exploração sexual da criança ou do adolescente será pela lei, punido. Porém, as formas de punição vigentes no Brasil, não são severas e a falta de atualização da Constituição Federal, para que as novidades na comunicação social sejam inclusas nos artigos e parágrafos, como no caso da pedofilia pela Internet, e ao sempre favorecimento do provedor, que como na própria Constituição, art.5 garante a inviolabilidade e o sigilo da correspondência e das comunicações, salvo por ordem judicial, favorece a prática do crime sexual.

Dessa forma, se torna necessária a criação de políticas sociais, para que não só ocorra a diminuição das práticas de violência sexual, mas, principalmente, pela garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes, de forma a preservá-los diante de qualquer situação de risco social ou pessoal.

Existem sim, algumas entidades públicas e privadas destinadas a prevenir o abuso sexual e exploração sexual infanto-juvenil, mas não são muitas. *Ibid*, algumas estratégias de modelo internacional de prevenção a estas ocorrências e que vem sendo utilizadas no Brasil são:

- “Despertar a tomada de consciência do problemática através de formação e capacitação sobre os direitos humanos, difundindo amplamente essa cultura;
- Combater todas as formas de violência através dos esforços de cumprir a lei e punir os culpados, criminalizando o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil, utilizando-se dos sistemas legais para perseguir os culpados e proteger os inocentes;
- Estabelecer redes de busca de alianças e programas que operem com base multidisciplinar;
- Organizar campanhas que influenciem os meios publicitário e de comunicação a difundir informações adequadas;
- Capacitar lideranças comunitárias para formar e informar os habitantes “in loco”, reforçando a autoproteção e a autogestão dos direitos; e
- Criar e ampliar as fontes de educação informal.” (p. 31)

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 – Fundamentação Metodológica

No presente estudo, para que o objetivo seja alcançado torna-se necessário adotar uma perspectiva metodológica diferenciada, da qual se costuma observar. Isso porque, para o estudo pesquisado é essencial o conhecimento sobre a subjetividade do sujeito para com o assunto, ou seja, é pesquisado o sentido que o sujeito dá para o que foi vivenciado por ele, para que posteriormente se possa vir a transformar as informações em uma produção teórica.

As ciências humanas e sociais que anteriormente adotavam o positivismo em suas pesquisas, visando a uma estrutura fixa e invariável das relações, uma ordem e estabilidade constante dos fenômenos humanos, tinham tais pesquisas conflitantes com a originalidade e imprevisibilidade dos fenômenos singulares, que caracterizam a pesquisa qualitativa.

O surgimento do qualitativo como pesquisa, está vinculada ao surgimento de uma nova epistemologia, que de acordo com González Rey (2002) é capaz de alimentar mudanças no desenvolvimento de formas de produção do conhecimento nas ciências sociais. Esta requer também “a construção de representações teóricas que permitam aos pesquisadores ter acesso a novas “zonas de sentido” sobre o assunto estudado, impossíveis de serem construídas pelas vias tradicionais” (p.07). Estas zonas de sentido, conforme González Rey (1997) *apud* González Rey (2002), são as zonas do real que encontraram significado na produção teórica e que não se esgotam em nenhum dos momentos em que são tratadas dentro das teorias científicas.

Os pesquisadores que adotaram tal orientação de pesquisa se propuseram a dar maior atenção aos significados atribuídos às ações dos sujeitos, dando maior importância à compreensão do sentido dado pelo sujeito aos atos e atitudes tomados por este dentro de seu contexto social. Os pesquisadores, então, deixaram de ter preocupação com a representatividade numérica, para se ocupar com a compreensão acerca do pesquisado.

De acordo com Chizzotti (2000): “... a adoção de modelos estritamente experimentais conduz a generalizações errôneas em ciências humanas, baseiam-se em um simplismo conceitual que não apreende um campo científico específico e dissimulam, sob pretexto de um modelo único, o controle ideológico das pesquisas.” (p.79)

Mostrando dessa forma que para que uma pesquisa seja qualitativa não se pode fazer uma generalização, criando leis gerais através da experimentação, pois o sujeito é singular, e

por ser único, cada atitude tomada por ele é diferente da mesma atitude tomada por um outro, pois o sujeito dá um sentido específico à sua ação dentro do seu contexto social.

Segundo Goldenberg (2000), um dos primeiros estudiosos a contestar o método quantitativo das ciências naturais para as ciências sociais foi Wilhelm Dilthey, e ele já dizia que não tinha como o método ser igual para diferentes ciências visto que nas ciências sociais os objetos estudados são mais complexos, pois lidam com emoções, subjetividade e valores individuais e que não poderiam ser quantificáveis como os objetos das ciências naturais. Dilthey *apud* Goldenberg (2000) ainda define o conceito de *verstehen* como a compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas.

Max Weber, conforme Goldenberg (2000), foi outro representante da sociologia compreensiva e pode-se dizer que foi o mais importante, pois foi quem identificou como ponto essencial a compreensão do comportamento do sujeito, sendo valorizado diante do comportamento alheio, ou seja, o comportamento do indivíduo é visto e valorizado de acordo com o comportamento social, e não através de seu contexto.

Bachelard *apud* Goldenberg (2000) diz: “A ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir”. De acordo com o que Bachelard coloca, a ciência não é única, mas sim uma forma em que todos os fenômenos podem ser interpretados e elaborados a partir da compreensão do sujeito.

A estas definições também cabe ao conceito de Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005), o qual diz que esta “defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento”. Ou seja como o próprio autor coloca González Rey (2002), “A abordagem qualitativa no estudo da subjetividade volta-se para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não tem como objetivos a predição, a descrição e o controle” (p.48).

González Rey (2005) diz ainda que, esta proposta permeia o que a sociedade ocidental a muito nega, que a realidade é um fator externo e independente de nós, como se não fôssemos parte dela. O caráter construtivo do conhecimento é uma produção humana, e a partir daí surgiu o conceito de zona de sentido que é o que dá valor ao conhecimento, possibilitando sua continuidade e a geração de zonas de inteligibilidade a partir da realidade e a transformação destas em modelos para novos conhecimentos.

De acordo com González Rey (2002) há três pressupostos que acompanham a pesquisa qualitativa: o conhecimento ser parte de uma produção construtiva-interpretativa, no qual o pesquisador a partir do momento em que ele dá sentido a expressões do sujeito, o pesquisador integra e constrói indicadores, promovendo uma construção teórica do sujeito, o que não

poderia ser feito se os dados fossem analisados isoladamente. Porém, o pesquisador, como sujeito, também produz idéias no decorrer da pesquisa, e estas idéias são combinadas com as construções desenvolvidas ao longo da pesquisa.

O segundo pressuposto é o caráter interativo do processo de produção do conhecimento, que implica a comunicação entre pesquisador e pesquisado, através da qual o sujeito e o pesquisador entrarão em um jogo, onde serão produzidas informações, cujas significações atribuídas a elas são de suma importância.

E o último pressuposto é a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento, nesta o indivíduo é visto como algo singular, ou seja, ninguém vai ser igual a ele em sua subjetividade.

Um segundo indicador que diferencia a pesquisa qualitativa da pesquisa quantitativa é a legitimidade do conhecimento. Pois na pesquisa qualitativa, de acordo com González Rey (2005), é essa capacidade de produção permanente de novas construções a partir do que o pesquisador pensa em confronto com o que foi investigado na pesquisa que legitima o conhecimento e, não teorias explicativas e leis gerais que são formuladas através de dados isolados e quantificáveis que são coletados.

Para a questão do abuso sexual na infância, dentro desta abordagem metodológica, se torna necessário que o sujeito pesquisado através de sua experiência, possa modificar sua percepção sobre o tema, pois virão, através de uma ressignificação da configuração de seu cenário subjetivo, compreender, juntamente com o pesquisador, por uma dinâmica interativa, os sentidos dados a atos provocados dentro de seu contexto social.

Nesta dinâmica interativa o pesquisador, de acordo com Chizzotti (2000) “... é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais.” (p.80), implicando que é parte fundamental do estudo, tendo que manter uma conduta participante, visto que deve compreender os significados atribuídos pelo sujeito às suas ações dentro de seu contexto. E o informante, ou pesquisado são reconhecidos como sujeitos, pois são capazes de construir conhecimento e produzir ações adequadas a fim de sanar as situações para si problemáticas.

É seguindo a proposta de Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005), na qual é baseada numa posição construtiva-interpretativa, em que se procura através de processos de produção do conhecimento a legitimidade da pesquisa qualitativa e não através da generalização da instrumentalização da pesquisa, que este trabalho está baseado.

A proposta de uma epistemologia qualitativa de González Rey, adotada neste trabalho, corresponde às exigências epistemológicas intrínsecas ao subjetivismo, considerado como

parte construtiva do indivíduo e das diferentes formas de organização social. Sendo esta subjetividade, de acordo com González Rey (2002), não um produto da cultura, mas sim uma parte constitutiva dela, ao passo que esta subjetividade não pode ser considerada como resultado de processos externos, e sim uma “expressão objetiva de uma realidade subjetivada”.

Esta epistemologia visa buscar um referencial na qual a teoria possa se desenvolver de maneira livre, se tornando uma definição e redefinição, acerca das construções feitas pelo pesquisador no decorrer do estudo. Tendo então como atributo essencial desta proposta epistemológica qualitativa é o seu caráter teórico, acabando com a separação existente entre o empírico, referente a uma realidade externa, e o teórico, como uma especulação ou rótulo denominador do empírico, pois não exclui e nem coloca o empírico em segundo plano, mas o vê como um parte integrante do processo de produção teórica, segundo González Rey (1991) *apud* González Rey (2005). A teoria então, é construída a partir do momento em que ocorre uma troca de informações entre o empírico, fornecido pelo pesquisado, e a elaboração do conhecimento e a construção teórica.

González Rey (2005) ainda dita:

“O estudo dos determinantes qualitativos na psicologia se define pela busca e explicação de processos que não são acessíveis à experiência, os quais existem em inter-relações complexas e dinâmicas que, para serem compreendidas, exige o seu estudo integral e não sua fragmentação em variáveis” (p.50).

Mostrando com clareza como é o processo de uma pesquisa qualitativa, indo contra a metodologia positivista com um modelo de pesquisa quantitativa.

O referido autor ainda explica que:

“A recuperação do teórico não é uma abstração, ele passa por uma recuperação do pesquisador como sujeito. Um dos elementos que definem a condição de sujeito é a reflexão, isto é, a capacidade de produção intelectual permanente no curso de vida e, neste caso, no processo de pesquisa. A produção teórica na pesquisa faz o pesquisador comprometer-se continuamente, implicando sua reflexão constante sobre as informações que aparecem nesse processo”. (p. 36)

A metodologia qualitativa prioriza como técnica a conversação, na qual um diálogo aberto entre pesquisador e pesquisado, objetiva a subjetividade de ambos, o que acaba por fim fornecendo uma construção teórica. *Ibidem*, o processo de comunicação fortalece tanto o pesquisador quanto o pesquisado, facilitando a inter-relação entre ambos, promovendo a explanação real do sujeito e a produção ativa e reflexiva do pesquisador.

E foi por esta constante troca de informações e por ter uma base na conversação é que a metodologia qualitativa foi escolhida para este trabalho, pois permite que a problemática e os objetivos desta pesquisa possam ter importância vital, através da interpretação do pesquisador e do pesquisado, podendo até mesmo promover alterações no cenário subjetivo de cada um.

2.2 –Trabalho de campo

Chizzotti (2000) coloca que o trabalho de campo visa reunir e organizar um conjunto de informações. Segundo o autor, o trabalho de campo poderá ter que ter, previamente, uma aceitação do pesquisado ou de pessoas dentro de uma hierarquia, para que os dados da pesquisa possam ser coletados.

O trabalho de campo, segundo González Rey (2002) pressupõe que o pesquisador tenha uma participação tão ativa quanto a do pesquisado, pois irá tomar decisões quanto o caráter metodológico da pesquisa e, além disso, também irá produzir idéias que constituirão a teoria, podendo a partir da sua entrada na singularidade do sujeito dar sentido às experiências dele.

O trabalho de campo então, pode ser visto como um meio em que o pesquisador irá estar em constante contato, permitindo o estabelecimento das relações e de construção de uma série de conhecimentos, que caracterizarão o desenvolvimento empírico da pesquisa.

González Rey (2002) diz que o objetivo do trabalho de campo é “a construção de sistemas de relações capazes de produzir informação em suas próprias dinâmicas, não só ante as ações metodológicas do pesquisador.” (p.98)

O trabalho de campo, segundo o autor acima citado, é congruente, ou seja, pelo fato do pesquisador estar em contato constante, este irá sempre se deparar com um novo conhecimento e terá que dar explicações e conceitos para que este tenha sentido e possa assim, fazer parte de sua construção teórica.

2.3 – Descrição do instrumento utilizado

Geralmente a utilização dos instrumentos em pesquisa é voltada para respostas objetivas do sujeito, onde se possa ter a generalização, confiabilidade e validade dos resultados, porém numa pesquisa qualitativa, o instrumento deixa de ser fonte de produção de dados, mas sim fonte de informação sobre o sujeito em estudo, visto que a teoria nesta

perspectiva deixa de ocupar lugar central, não estando o pesquisador muito preocupado com o acúmulo de dados, mas com a produção de idéias e explicações a partir dos indicadores construídos no decorrer da pesquisa.

A informação proporcionada pelo instrumento para González Rey (2002), encontra seu sentido primeiramente no cenário do sujeito, e as construções teóricas e as idéias que se desenvolvem a partir daí que podem dar um sentido na teoria geral.

Ibidem:

“O instrumento é uma ferramenta interativa, não uma via objetiva geradora de resultados capazes de refletir diretamente a natureza do estudado independentemente do pesquisador. O instrumento é suscetível de multiplicidade de usos dentro do processo investigativo, que não se limitam às primeira expressões do sujeito diante dele.” (p. 80)

A utilização de diferentes instrumentos para a coleta de dados para a pesquisa é de extrema importância, pois o sujeito não pode abarcar toda a sua história de uma forma universal, visto que possui possibilidades limitadas para expressar-se, ou seja, o sujeito não fala e, acaba por não apresentar os sentidos subjetivos de todas as situações por ele vivenciadas a não ser que ocorra a mudança de instrumento. Devido a essa dificuldade o uso de diferentes instrumentos se torna necessário, pois permitirá ao sujeito seu trânsito por diversas zonas de sua experiência, a fim de estimular o aparecimento dos sentidos subjetivos.

De acordo com Goldenberg (2000), a introdução da pesquisa qualitativa foi feita pela Escola de Chicago, em 1920, devido a sua grande preocupação com o empirismo. E na década de 60, foi procurado superar o subjetivismo impressionista e a formular um estatuto epistemológico, estabelecendo estratégias de análise do experienciado pelo sujeito e a construção dos dados informados pelo sujeito. As técnicas utilizadas pela Escola de Chicago foram as cartas, diários, documentos pessoais e trabalhos de campo.

Segundo González Rey (2005) a utilização dos instrumentos escritos representam a possibilidade de expressão rápida e simples pelo sujeito, e visa a facilitação da expressão do sujeito, para que sejam complementadas entre si, possibilitando uma maior e melhor construção dos sentidos subjetivos e dos processos simbólicos diferentes que caracterizam as configurações subjetivas do pesquisado.

E uma das técnicas abordadas pela Escola de Chicago e que será utilizada nesta pesquisa, é o diário, no qual será abordado a história de vida do sujeito pesquisado, de forma que esta história seja contada através de “retalhos” de fatos vivenciados.

Esta técnica pode ser vista como uma biografia, na qual são relatados momentos vividos pelo sujeito, ou por novas formas que valorizam a vida oculta ou até mesmo testemunho vivo de épocas históricas.

Para Ferraroti *apud* Goldenberg (2000): “cada sujeito é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve”. Segundo esta perspectiva pode-se dizer que a partir de uma biografia, a idéia de uma sociedade na qual o sujeito está inserido pode ser definida.

Howard Becker *apud* Goldenberg (2000) coloca que, na biografia, o pesquisador deve estar bastante atento, pois o informante apenas irá dar os dados que lhe é favorável, realizando uma versão selecionada de sua história, guardando para si o desagradável. Porém Becker atribui grande valor a história de vida, pois o pesquisado tem a possibilidade de interpretar suas experiências e dar uma explicação para seu comportamento.

Ela também pode assumir forma autobiográfica, na qual são relatadas percepções pessoais, sentimentos marcantes e acontecimentos da vida do sujeito. E a outra forma é a psicobiografia, na qual são reunidas informações sobre fatos e significados de fatos vividos, que promoveram a compreensão da vida e do que circunda o sujeito.

Através deste instrumento de pesquisa há a possibilidade de que o pesquisado discorra sobre as experiências vivenciadas por ele e que possa ter acesso a suas zonas de sentido que configuram seu sentido subjetivo.

Uma outra técnica que este trabalho incorpora é a instrumentalização utilizada na perspectiva de uma epistemologia de pesquisa qualitativa segundo González Rey (2005), que a partir do processo de comunicação entre o pesquisador e o pesquisado, a elucidação e conhecimento promovem a efetivação de uma epistemologia interpretativo-construtiva. Sendo este o primeiro instrumento a ser utilizado na pesquisa, para que o primeiro contato entre pesquisador e pesquisado seja flexível, e possa ser identificado valores, crenças, percepções e sentimentos, que são formadores do sentido subjetivo do sujeito.

A ruptura com o modelo de pesquisa, baseado em uma epistemologia de estímulo-resposta, fez com que se tornasse necessária a formulação de uma nova epistemologia, sendo esta baseada, de acordo com Gonzalez Rey (2005), em “sistemas conversacionais”, fazendo com que a utilização dos instrumentos de pesquisa promovesse um momento de dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado.

O pesquisador, segundo o autor acima citado, deve assumir uma posição de facilitador desta dinâmica interativa, favorecendo sempre o diálogo, mas lembrando que o pesquisado é o principal participante, pois será através dele que surgirão os elementos concretos da pesquisa.

Além disso, a presença do pesquisador na pesquisa qualitativa, faz com que o sujeito pesquisado seja mais ativo, não oferecendo respostas prontas, como numa pesquisa organizada no modelo estímulo-resposta.

O sujeito irá se expressa através do processo de comunicação, e de acordo com González Rey (2002) a reprodução e realização de verdadeiras construções acerca da expressão do sujeito, em diferentes momentos da pesquisa, será facilitada pelo cenário, representado pela comunicação entre o pesquisador e o pesquisado.

As informações dadas pelo sujeito pesquisado só se tornam de qualidade a partir do momento em que, segundo o autor acima, há uma maturidade e interesse no desenvolvimento dos processos de comunicação gerados na pesquisa.

A conversação permite que, através da expressão viva dos sentidos subjetivos do pesquisado, trechos de informações tornem-se verdadeiras construções. Entretanto, a conversação pode ser vista segundo González Rey (2005) como “um sistema no qual os participantes se orientam em seu próprio curso e em que os aspectos significativos aparecem na medida em que as pessoas envolvidas avançam em suas relações” (p.50). Ou seja, os sentidos subjetivos dos participantes irão no decorrer da pesquisa sendo modificados com cada etapa do processo, sendo determinados somente pelo que foi experienciado pelo pesquisado.

Neste aspecto, a conversação transforma a visão que se tem de entrevista, na qual muitas vezes é representada por um questionário oral ou um interrogatório, passando a ser um processo dinâmico e interativo.

Para González Rey (2002): “A entrevista, na pesquisa qualitativa, tem sempre o propósito de converter-se em diálogo, em cujo curso as informações aparecem na complexa trama em que o sujeito as experimenta em seu mundo real.” (p.89). Nesta o pesquisador pode explorar elementos de sentido os quais ele nem havia imaginado, promovendo o enriquecimento da problemática e conduzindo a um conhecimento mais amplo.

Ibidem, coloca que a comunicação entre o pesquisador e o pesquisado é imprescindível, pois é através do processo do pensar que toma o diálogo que produz informações de qualidade para a pesquisa. Nesta o pesquisador é um intelectual ativo, pois além de sua participação nas relações de comunicação, ainda produz idéias acerca de novos indicadores de pesquisa e os confronta com o sujeito pesquisado, promovendo novas construções teóricas, que acompanharão todo o processo de coleta de dados empíricos fornecidos pelo sujeito durante a pesquisa.

2.4 – Sujeito pesquisado

O sujeito pesquisado foi selecionado a partir do momento em que foi explicitado a problemática do trabalho de pesquisa e este se dispôs com bastante afinco a dar sua contribuição para o sucesso desta pesquisa, dando informações sobre suas experiências particulares.

O sujeito da pesquisa é do sexo feminino, com 28 anos de idade, e com um histórico de abuso sexual que perdurou por dois anos e meio, na sua cidade natal, Rio de Janeiro.

O sujeito da pesquisa, através da experiência de ter sido abusada sexualmente pelo pai de sua amiga, irá fornecer dados empíricos e sentidos subjetivos, para que possam ser confrontados com a idéia do pesquisador e, para a partir daí poder ser feita uma construção teórica acerca do assunto.

2.5 – Metodologia adotada para a construção das informações

A construção das informações desta pesquisa, seguindo a abordagem metodológica de González Rey (2002), é representada por um momento de conceituação e organização dos dados, em um momento de construção e de produção de idéias.

Este trabalho tem sua construção a partir de um processo reflexivo de uma experiência pessoal de uma mulher abusada sexualmente na sua infância, durante dois anos e meio, pelo pai de sua amiga.

A experiência de ser abusada por este período contínuo em sua infância promoverá a elaboração entre a sua vivência no caso e sua reflexão teórica deste fato. De acordo com González Rey (2002), na pesquisa qualitativa os dados são elementos que adquirem significação. A construção do pesquisador acerca do estudado percorre caminhos singulares caracterizados pelas manifestações do sujeito, não tendo então um foco central, uma forma definida de hipótese, pois, as necessidades e demandas são os fatores que irão reger o processo de conhecimento e a construção teórica.

Neste tipo de pesquisa o dado não é suscetível de objetividade, pelo contrário, pelo fato de estar lidando com o sentido subjetivo do pesquisado acerca de sua experiência, o dado coletado não é a única fonte de idéia do pesquisador, mas também o confronto entre os dados e o pensamento deste que irá permitir a sugestão de um indicador, promovendo, assim, a legitimidade dos dados através do diálogo criado, e que é articulado no decorrer da pesquisa.

Ibidem, o indicador é o elemento que adquire significação devido à interpretação do pesquisador, sendo esta significação construída em base de informações implícitas e indiretas, representando um momento hipotético da produção de conhecimento.

O autor referido ainda coloca que o momento de definição do indicador é o começo para a abordagem de uma nova opção que irá conduzir a uma mudança da problemática da pesquisa ou um novo caminho para a construção do conhecimento.

Segundo Goode e Hatt (1977), o momento hipotético é extremamente válido, pois sem ela, a pesquisa não tem foco, ou seja, os resultados apresentados na pesquisa não podem revelar os significados dos fatos. Então, pode-se dizer que este momento hipotético é uma ponte de ligação entre a teoria e a investigação, que conduzirá a produção de novos conhecimentos.

O indicador, portanto, é parte essencial da pesquisa qualitativa, pois sendo parte integrante e não apenas elemento isolado, ele complementa a construção do conhecimento, tendo como finalidade a explicação, visto que está sempre em contato com a produção teórica e as zonas de sentido, podendo sofrer mudanças no desenrolar da pesquisa. É segundo Gonzalez Rey (2002): “uma categoria produzida no processo de construção do conhecimento que se constitui em instrumento para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado” (p. 114).

O desenvolvimento dos indicadores, segundo Goldenberg (2000), leva ao desenvolvimento de conceitos e categorias. E o desenvolvimento das categorias é de suma importância, pois permite conceituar as questões e processos que aparecem durante a pesquisa.

Os indicadores e as categorias são, segundo Gonzalez Rey (2002), processos inter-relacionados, isso porque, o processo de produção teórica não pode vingar se as idéias associadas com o desenvolvimento dos indicadores não forem expressas em categorias. Ainda segundo o autor, somente o desenvolvimento de conceitos pode juntar os fatos e situações em uma construção teórica.

Por isso que Goldenberg (2000) diz que um dos primeiros passos para a construção teórica de uma pesquisa é a definição de conceitos. Segundo a autora, “toda a construção teórica é um sistema cujos eixos são os conceitos, unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria” (p.79). E os conceitos mais importantes que estão incorporados dentro de uma teoria são chamados de categorias.

A construção teórica da pesquisa qualitativa de acordo com Badin *apud* Chizzotti (2000), é “um conjunto de técnicas de análise de comunicação” (p.98), e complementado por

Chizzotti (2000) “que contem informação sobre o comportamento humano atestado por uma fonte documental” (p.98). Ou seja, é a forma em que as informações coletadas são analisadas e transformadas em um documento.

De acordo com González Rey (2002), a pesquisa baseada na epistemologia qualitativa, se orienta para a “produção de novos momentos teóricos que se integrem organicamente ao processo geral de construção de conhecimentos.” (p.125).

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

A obtenção de dados e indicadores de forma implícita e indireta no decorrer da pesquisa, poderá promover a construção através do confronto entre indicadores e expressões do sujeito, e reflexões e embasamento teórico da pesquisa, permitindo dessa forma estabelecer uma epistemologia construtiva-interpretativa da pesquisa qualitativa, na qual as zonas de sentido, permitirão que o pesquisado compreenda o cenário subjetivo do sujeito, e a partir daí entender sobre sua experiência singular e os significados atribuídos a ela.

O desenvolvimento da problemática deste estudo será advindo pelo processo de conhecimento do cenário subjetivo do sujeito, que permitirá a construção de informações sobre quais as implicações que uma experiência de ser abusado quando criança, pode trazer para a vida de um adulto.

No desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas etapas consideradas importantes pelo próprio sujeito, através do processo de conversação e história de vida, e orientado pela perspectiva de uma epistemologia construtiva-interpretativa, é que os indicadores e dados obtidos, dos elementos emocionais presentes em sua configuração e que orientam o sujeito ao enfrentamento de sua experiência serão analisados, para que reflexões e construções acerca do assunto possam ser desenvolvidas durante o curso da pesquisa, permitindo que a construção de hipóteses e as idéias nasçam, para, assim, serem confrontadas com as zonas de sentidos do sujeito.

O sujeito pesquisado é uma mulher de 28 anos de idade, casada há cinco anos e meio, e com um filho de cinco anos.

A Sra. K. foi uma vítima de abuso sexual. E seu agressor era pai de sua amiga e vizinha. A prática do abuso sexual perdurou por dois anos e meio consecutivos, só terminando quando ela teve que se mudar de cidade.

A Sra. K. relatou que nunca contou do acontecido para ninguém, nem para seus pais. Apenas falou para o seu marido, mas mesmo assim, sem muitos detalhes. Talvez por ter tido vergonha, pois como ela mesma colocou:

“Eu gostava quando ele ia na minha casa.

Eu gostava quando ele me tocava.”

A vergonha é um provável sentimento recorrente de quem foi abusado sexualmente quando criança, isso porque quando se é criança, o sujeito não tem idéia do que está acontecendo, ela não sabe que o abuso sexual é errado, que é uma violação a sua integridade

física e moral. Além disso, o gostar é natural, pois o corpo humano é todo erogenizado, e desde criança o prazer do toque em seu corpo é compreensível.

Com o passar do tempo, e a Sra. K. amadurecendo, ela descobriu que o abuso sexual é errado e pode ter começado neste momento o seu sentimento de vergonha acompanhado pelo sentimento de culpa, pois como dito anteriormente descobriu que era errado, mas ela não lutou contra seu agressor, por não tê-lo impedido de entrar em sua casa para cometer o seu habitual ato. E este fato de não ter lutado também pode ter influenciado no seu sentimento de vergonha, pois mostrar para os outros que não teve coragem de lutar, pode para ela fazer os outros pensar que irão julgá-la.

A Sra. K. também pode ter ficado com a impressão de que seu agressor estava lhe ensinando alguma coisa importante, visto que ele entrava em sua casa dizendo que ia ensinar matemática, o que para ela realmente era importante, pois ela iria usar durante a sua vida.

“Quando ia lá pra casa, ele falava pra minha empregada que ia me dar aula de matemática, daí ele entrava no meu quarto, fechava a porta e escrevia qualquer coisa no quadro-negro que eu tinha ...”

“Eu achava que era alguma coisa séria, pois eu também aprendia matemática na escola ...”

E a Sra. K. da mesma forma que foi “ensinada”, por uma pessoa mais velha, a ter relações sexuais, ela provocou situações semelhantes com crianças mais novas que ela. E este acontecimento pode ter sido visto por ela como uma experiência que deveria passar adiante. Mas com seu amadurecimento, ela também pode ter associado este acontecimento ao seu sentimento de culpa, pois como ela ditou:

“Eu errei! Fiz a mesma coisa que fizeram comigo e agora eu sei o que eu provoquei.”

Este sentimento de culpa aparecendo mais uma vez, mas agora por desconfiar que os mesmos sentimentos de vergonha e culpa por não lutar contra a situação possam ter surgido em suas “vítimas”. Contudo, como a própria teoria afirma, um sujeito que experienciou o abuso sexual, possivelmente se tornará um futuro agressor.

A sua adolescência, a Sra. K. foi um pouco irresponsável, como ela mesma disse, parece não ter tido força de vontade própria, pois ela ia, fazia, dizia tudo o que os outros falavam. Podendo ter este fato relação com o seu histórico de abuso sexual, pois da mesma forma em que aceitou o abuso, achando que ele estava lhe ensinando algo, ela pode ter tido a sensação de que todos sabiam mais do que ela e, por isso deveria aprender com eles. E este possível fator fez com que tivesse relações sexuais com diversas pessoas, com as quais às

vezes não tinha nenhuma atração, começasse a usar drogas e tomar bebidas alcoólicas muito precocemente.

“Aos 13 comecei a beber, aos 14 anos perdi a minha “virgindade” e com 15 anos comecei a fumar maconha Eu sempre fui muito “Maria vai com as outras”, sempre deixei o que pensava de lado e por isso, eu me dei mal várias vezes.”

A Sra. K. teve uma vida com poucos relacionamentos duradouros, querendo apenas curtir a fase da puberdade. A Sra. K. teve diversos parceiros e não se incomodava de ter relações sexuais, mesmo no primeiro encontro, mostrando uma facilidade para com o sexo.

Porém, mesmo tendo uma vida promíscua, tendo relações sexuais com diversos homens, de acordo com o que relatou, ela podia estar apresentando anorgasmia, uma disfunção sexual, e ao mesmo tempo, realizando uma transferência, pois ela fazia com que seu parceiro obtivesse o orgasmo, da mesma forma em que ocorria quando era abusada, sendo responsável pelo sentimento de prazer do outro e não do seu próprio prazer.

“Eu transava com qualquer um, mas quase nunca gozava, mas nunca deixei ninguém na mão. Todos eles gozavam ...”

E com relação a sua vida promíscua ela colocou:

“Eu gostava tanto da coisa, que já cheguei até a pensar em me prostituir!”

A frase da Sra. K. chama atenção, pois para ela, seu dever parecia o de ser somente o de dar prazer ao parceiro, sem levar em conta o seu próprio prazer e a procura da obtenção de seu orgasmo.

Outra frase que chama atenção é a seguinte, na qual a Sra. K. ditou:

“Eu me masturbava todo o dia, isso quando não acontecia mais de uma vez por dia!”

Estas duas frases citadas acima mostram que ela desenvolveu um outro distúrbio sexual, o desejo sexual hiperativo. Parece que o fato de ela gostar de ter relações sexuais, mas não mostrar para o seu parceiro que ela também podia sentir prazer fez com que ela aprendesse a se satisfazer sozinha, pois da mesma forma em que o organismo humano pede o prazer, e ela não se dava quando estava se relacionando com alguém, ela teve que esconder que também sentia prazer.

Pode ser que a Sra. K. não permitisse que os outros vissem que ela também conseguia e sentia prazer. Mas pode ser também que para ela o seu sentir prazer era uma coisa proibida. Como se o simbolismo da religião, confrontasse com o simbólico do sexo e do prazer, como se fosse um pecado, mas estando muito presente em sua subjetividade.

Aos 20 anos de idade, conheceu seu atual marido, eles namoraram durante três anos. No terceiro ano de namoro ela engravidou de seu filho e eles casaram.

O namoro dos dois pareceu ser bastante saudável, ela não fez as mesmas coisas de seus outros relacionamentos, tendo relação sexual em menos de uma semana. Neste relacionamento, ela pareceu ter ido com mais cautela, não apressando o curso do desenvolvimento de um relacionamento sadio. E de acordo com ela, seu namorado ajudou bastante neste processo.

“Foi legal, ele não ficou forçando a barra e eu tive mais tempo para raciocinar e fazer do jeito que eu queria.”

Dessa forma, ela pode ter mais confiança em si mesma, e fazer as coisas ao seu tempo.

Após o casamento e o nascimento de seu filho, ela relatou que a facilidade que tinha com relação ao sexo, modificou. O que para ela antes era mais uma forma de alcançar o seu objetivo de dar prazer ao outro; com o seu casamento ela aprendeu a satisfazer a si própria, chegando ela aos orgasmos. Mas com isso ela também colocou que sua disposição para ter relações sexuais com seu marido foi alterada.

“Antes do nascimento do meu filho, eu tinha muito mais vontade de ter relações sexuais que agora, depois que ele nasceu. Mas eu não sei o que aconteceu!”

A Sra. K. mostra então uma indisposição ao sexo, caracterizando mais uma disfunção sexual. Essa indisposição ao sexo pode estar relacionada ao fato de ela ter tido através de seu casamento uma experiência nova, que mostra que uma nova possibilidade de enfrentar a vida esteja se abrindo a ela, ou seja, que a experiência de ter sido abusada sexualmente está sendo modificada, que ela não precisa mais agir de forma que tenha como responsabilidade apenas a obtenção do prazer do outro, passando a pensar, agora, em si também.

Um outro fator que talvez possa ter influenciado esta falta de desejo sexual foi o próprio nascimento de seu filho, pois ela também pode estar transferindo uma responsabilidade maior em relação a ele, pois mesmo que a Sra. K. diga que não sentiu que seus pais faltaram com ela, deram proteção e atenção, mesmo trabalhando o dia inteiro, ela pode estar colocando uma sobrecarga na figura materna a ser assumida, dando uma super proteção à criança.

“Já me perguntaram se o nascimento do meu filho tem alguma coisa a ver com a minha falta de vontade de ter relação sexual, e eu nunca sei o que responder. Às vezes eu até falo que pode ter sido por causa do corte do parto normal, porque teve muita complicação, e eu ainda sinto um pouco de dor durante a relação e tenho que estar muito lubrificada, porque senão não adianta nada ...”

Com relação à frase dela e explicação dada as pessoas com quem ela conversa, mostra que ela foge muito do enfrentamento do experienciado, uma coisa normal. Porém também

pode estar ainda relacionada ao abuso, mas sendo pouco provável, visto que ela tem um relacionamento saudável com seu marido.

CONCLUSÃO

No presente trabalho foi estudado, com um enfoque especial, as implicações que uma experiência de abuso sexual durante a infância pode acarretar na subjetividade de um sujeito. Sendo que neste enfoque foram estudados os possíveis distúrbios psicológicos e como se organiza a subjetividade do sujeito após uma experiência traumática, como o abuso sexual.

Utilizada a fundamentação teórica como base de suporte e aplicada sobre ela uma pesquisa qualitativa sobre um estudo de caso relacionado ao tema, deve-se realizar uma confrontação. A partir do confronto entre a teoria e a experiência do sujeito, o pesquisador deve realizar uma elaboração para a produção de conhecimento.

O pesquisador deve obter indicadores para realizar a sua elaboração, construindo uma tese a partir dos dados fornecidos pelo sujeito, para que assim, possa vir a fazer interpretações, propondo hipóteses sobre o estudado a fim de realizar uma verificação dela, ou seja, dar validade a elas.

O estudo sobre as implicações que uma experiência de abuso sexual na infância traz ao sujeito, foi realizado seguindo a perspectiva de uma epistemologia qualitativa construtiva-interpretativa, e traz reflexões sobre as consequências deste na subjetividade do sujeito.

Neste estudo, a vítima é um sujeito do sexo feminino, com 28 anos de idade, que atualmente é casada e possui um filho de cinco anos de idade e que possui em seu histórico a experiência de ter sido abusada sexualmente pelo pai de sua amiga, quando ainda morava na cidade do Rio de Janeiro, durante dois anos consecutivos de sua vida, dos oito aos dez anos de idade.

A Sra. K. vítima estudada apresentou sentimentos de culpa e vergonha que estão relacionados à sua vivência. Sentimentos estes que podem não ter tido uma clara influência sobre a sua vida, até então, mas que através do processo de conversação durante a pesquisa, pôde ser identificado, por ela, e os fatos ocorridos durante a sua vida puderam ser ressignificados.

Além de sentimentos de culpa e vergonha pelo ocorrido em sua infância, a Sra. K. também apresentou alguns distúrbios sexuais como, anorgasmia, desejo sexual hiperativo e inibição do desejo sexual, em diferentes fases da sua vida. Mostrando que a experiência e a teoria se convergem, ou seja, foram provocadas séries de implicações promovidas pela experiência de ter sido abusada sexualmente durante a infância, que são confirmadas pela teoria.

E mais, parece que o sexo e o prazer, para ela, são estigmatizados, pois quando nova ela se privava do prazer, não deixava transparecer para seus parceiros que ela também sentia prazer, ela escondia, como se fosse uma coisa proibida. E esta proibição ao sexo também se fez valer após o nascimento de seu filho, quando passou a apresentar o desejo sexual hipotativo.

Pode ser que para a Sra. K. a mudança provocada em seu comportamento pelo nascimento seu filho esteja bastante intrínseca ao sentimento materno, de proteção, não estando ela disposta a mostrar fragilidade, nem nenhuma condição favorável à desproteção, que possa ocasionar em algum sofrimento para seu filho.

Entretanto, pode-se supor que esta falta de desejo sexual apresentada por ela após o nascimento de seu filho está associada à relação de dever. Para ela, o seu dever, anteriormente, era o dar prazer a seus parceiros e, após conhecer seu atual marido e começar a se relacionar com ele, esse dever foi abafado, sendo substituído por um outro após o nascimento de seu filho, dever este de proteção.

A esta vergonha de mostrar que sentia prazer, o que se pode dizer é que o prazer sentido por ela, durante os episódios de abuso sofrido, era um prazer legítimo. Isso porque, o prazer sentido pelo agressor como oriundo de uma prática perversa; entretanto, a legitimidade do prazer sentido pela Sra. K. está associado à inocência infantil, pois quando foi abusada ela não sabia o que realmente estava acontecendo, e também está associado à própria reação do corpo frente a estimulação das áreas genitais, visto que o corpo humano é todo erogenizado. Este sentimento de prazer vem desde quando bebês, que se é acariciado pela mãe, permitindo o desenvolvimento de diversos sentimentos como o amor e carinho, mostrando, assim, que a erogenização do corpo vem desde que se é muito pequeno.

Essas implicações provocadas, pelo abuso sexual, em sua subjetividade individual estão bastante associadas à subjetividade social.

A culpa sentida por ela está intrínseca a sua cultura, a qual vê a vítima de abuso sexual como um sujeito permissivo ao ato. Sem, nem ao menos, levar em consideração o que a vítima sente, pensa, ou até mesmo a razão pela qual foi permissiva ao abuso.

O mais importante, no entanto, é que a não transposição da barreira de vitimização, ou seja, o fato dela não ter assumido, principalmente para ela, que no passado foi uma vítima de abuso, provocou que os sentimentos de culpa e vergonha por ela sentidos fossem agravados, passando, de certa forma, a reger as suas demais experiências na vida. Este fato, fez com que sua saúde psíquica fosse prejudicada, pois ela estava sendo, por mais que não tivesse consciência, tomada por estes sentimentos.

Além disso, se ela tivesse ultrapassado tal barreira imaginária, e permitisse a si que outras pessoas soubessem do fato, ela poderia contar com uma rede social de apoio, na qual tais sentimentos seriam superados ou ao menos seriam diminuídos.

Este estudo foi bastante proveitoso, visto que a Sra. K. mostrou ao longo de toda a pesquisa total interesse, o que facilitou bastante todo o processo de construção, favorecendo também o processo interpretativo da pesquisa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- **ABC DO CORPO SALUTAR.** *A Sexualidade Normal e Transtornos Sexuais.* Desenvolvido por Cláudio Moojem Abuchaim & Ana Luíza Galvão Abuchaim & colaboradores em saúde mental. Atualizado em 17/08/2001. Disponível em <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=52>. Acessado em 29/07/2005.
- ----- *Abuso Sexual: Pedofilia, Estupro, Assédio e Exploração Sexual.* Desenvolvido por Luciana Parisotto. Atualizado em 17/09/2001. Disponível em <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=97#est>. Acessado em 29/07/2005.
- ----- *Adição ao Sexo.* Desenvolvido por Luciana Parisotto. Atualizado em 03/08/2001. Disponível em <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=9>. Acessado em 09/09/2005.
- ----- *Disfunção do Desejo Sexual Feminina.* Desenvolvido por Luciana Parisotto. Atualizado em 03/08/2001. Disponível em <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=11>. Acessado em 29/07/2005.
- ----- *Sobre o Estudo da Sexualidade Humana.* Desenvolvido por Luciana Parisotto. Atualizado em 16/10/2001. Disponível em <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=259>. Acessado em 09/09/2005.
- ----- *Tipos de Problema Sexual.* Desenvolvido por Luciana Parisotto. Atualizado em 10/08/2001. Disponível em <http://www.abcdocorposalutar.com.br/artigo.php?codArt=32>. Acessado em 07/09/2005.
- **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA – ABRÁPIA.** Relatório Abuso Sexual – Período: 01 de janeiro de 2000 até 31 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%20Abuso%20Sexual.pdf>. Acessado em 26/08/2005.
- **AZAMBUJA, M^a REGINA F.** Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.
- **AZEVEDO, M^a AMÉLIA & GUERRA, VIVIANE N. A.** Pele de asno não é só história...: um estudo sobre a vitimização sexual em crianças e adolescentes em família. São Paulo: Editora Roca, 1988.
- **BARBOSA H.** “Abuso e Exploração Sexual de Crianças: Origem, Causas, Prevenção e Atendimento no Brasil” em. Inocência em perigo-abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet. UNESCO Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.

- **DUNAIGRE, P.** “O ato pedófilo na História da Sexualidade Humana” em Inocência em perigo-abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet. UNESCO Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.
- **GOLDENBERG, MIRIAM.** A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- **GOMES, LUIZ FLÁVIO.** Presunção de violência nos crimes sexuais. Série as ciências criminais no século XXI, Volume 4. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.
- **GONZALEZ REY, FERNANDO.** Pesquisa Qualitativa em Psicologia – caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- -----, Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- -----, Personalidade, Saúde e Modo de Vida. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- -----, Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- **GOODE, WILLIAM J. & HATT, PAUL K.** Métodos em Pesquisa Social. São Paulo: Nacional, 1977.
- **LAMOUR, M.** “Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo” em Crianças vítimas de abuso sexual. Gabel, M. (org). São Paulo: Summus, 1997.
- **MENTAL HELP.** Sequelas do Abuso Sexual. Disponível em http://www.mentalhelp.com.br/abuso_sexualk.htm. Acessado em 25/07/2005.
- **MINISTÈRIO DA JUSTIÇA & CENTRO DE REFRÊNCIA, ESTUDOS E ACCÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CECRIA.** *Fundamentos e Políticas contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: Relatório de Estudo.* Brasília, 1997. Disponível em http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.rtf. Acessado em 30/08/2005.
- **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.** Apresenta as conseqüências do abuso sexual para a criança. Disponível em <http://www.mds.gov.br/servicos/servico06.asp>. Acessado em 07/09/2005.
- **PSICOSITE.** *Personalidade Borderline e as Origens na Infância.* Disponível em <http://www.psicosite.com.br/tex/out/per003.htm>. Acessado em 07/09/2005.
- -----, *Personalidade Múltipla: seguimento 2 anos.* Disponível em <http://www.psicosite.com.br/tex/sod/dis001.htm>. Acessado em 07/09/2005.

- ----- *Relação entre Distúrbio Dissociativo e Abuso Sexual na Infância..* Disponível em <http://www.psicosite.com.br/tex/sod/dis004.htm>. Acessado em 07/09/2005.

- ----- *Relatos de Sintomatologia Dissociativa em Pacientes com História de Abuso Físico ou Sexual.* Disponível em <http://www.psicosite.com.br/tex/sod/dis007.htm>. Acessado em 07/09/2005.

- **REVISTA BOLSA DE MULHER.** Disponível em http://www.bolsademulher.com.br/revista/33.3916.4641/abuso_sexual.html. Acessado em 25/07/2005.

- **ROUYER, M.** “As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo” em Crianças vítimas de abuso sexual. Gabel, M. (org). São Paulo: Summus, 1997.

- **RUBEDO.** *Abuso Sexual na Adolescência: Discussões Teóricas e Possibilidades terapêuticas.* Desenvolvido por Adriana Bisi Nicolau. Disponível em <http://www.rubedo.psc.br/artigosb/abusosex.htm>. Acessado em 30/08/2005.

- ----- *A Ubiquidade da Culpa.* Desenvolvido por James Hollis. Disponível em <http://rubedo.psc.br/Artlivro/ubiquida.htm>. Acessado em 25/07/2005.

- **SCIELO.** *Violência e Abuso Sexual na Família.* Desenvolvido por Maria de Fátima Araújo, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>. Acessado em 10/10/2005.

APÊNDICE

APÊNDICE I

CONSENTIMENTO INFORMADO

A presente pesquisa é um projeto complementar desenvolvido por Fernanda Daltro Santos de Carvalho, aluna do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, na disciplina Monografia, sob a orientação do professor Fernando Luiz González Rey que tem como objetivo a obtenção da graduação no curso de Psicologia.

Você tem a livre escolha de participar da pesquisa, sendo uma participação voluntária, e terá total abertura para retirar o seu consentimento a qualquer momento, desistindo da participação na pesquisa. No caso deste último, todo o material que tiver sido coletado, será automaticamente destruído.

A sua participação não envolve nenhum tipo de risco que possa ameaçar a sua integridade física, moral e/ou psicológica, e terá a sua identidade em extremo sigilo, sabendo somente a pesquisadora o seu nome. Ao contrário, o diálogo franco, aberto e reflexivo, proposto pela metodologia, só poderá trazer benefícios em forma de uma melhor compreensão de sua percepção sobre o assunto.

A pesquisadora deverá ser procurada para que dúvidas de qualquer natureza, na pesquisa, possam ser retiradas.

Somente assine o consentimento se estiverem claros os procedimentos a que será submetido e suas conseqüências.

Brasília, DF, ____ de _____ de 2005.

Pesquisado

Fernanda Daltro Santos de Carvalho
Pesquisadora